

Participação convencional e não convencional na democracia brasileira

Guilherme Arbache

Resumo: Considerando que a participação política é um componentes central do regime democrático, entender suas causas é crucial para entender a qualidade da democracia. Este trabalho destina-se a analisar os *fatores determinantes* da participação política no Brasil. São analisadas a participação não-convencional (*petições, protestos e boicotes*), a participação convencional (*voto e atividades partidárias*) a participação institucional direta (*Conselhos e Orçamento Participativo*) e a participação informal cotidiana (*discussões políticas*).

Foram realizadas *regressões logísticas* para todas essas formas de participação, com dados de três ondas do World Values Survey (1991, 1997 e 2006) bem como uma pesquisa de opinião realizada em 2006 pelo NUPPS-USP (Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo). Os resultados confirmam o poder explicativo da *educação* e do *interesse por política* para quase todas formas de participação. A participação eleitoral não segue as mesmas tendências que as outras formas de participação (provavelmente devido ao voto obrigatório). A *sensação de eficácia política interna*, além de variáveis ligadas ao capital social, é importante para explicar alguns tipos de participação, talvez devido às oportunidades de participação que elas trazem. Outras variáveis explicativas de ordem psicológica, cultural, socioeconômica e demográfica foram testadas, apresentando, no geral, resultados consistentes com a literatura sobre o tema.

Introdução

Quem participa de atividades políticas no Brasil? Por que as pessoas participam ou deixam de participar? O presente trabalho dedica-se a uma investigação sobre essas questões.

A redemocratização aumentou as oportunidades de participação para a população brasileira em instâncias diversas, não apenas através do voto, elemento básico de uma democracia moderna, mas também através de outras formas de ação política, desde aquelas diretamente relacionadas às eleições (como a participação em campanhas políticas e outras atividades partidárias) como outras menos “institucionalizadas”, como protestos e petições públicas.

Ainda que a participação não se traduza automaticamente em mais qualidade da democracia (Norris, 2002:xii, Booth e Seligson, 2009) ela é um elemento central de qualquer regime democrático. Enquanto Dahl frisava o *direito* de participar como requisito para a democracia, autores posteriores apontaram para a importância das *taxas* de participação, ou seja, a importância de que as pessoas de fato usufruam desse direito e não sejam impedidas, na prática, de participar, por fatores como a falta de recursos socioeconômicos ou a alienação política (Altman e Pérez-Liñán, 2002).

Diamond e Morlino (2005) enxergam a participação na dimensão *procedimental* da qualidade da democracia.¹ A participação também é importante para a qualidade-de-vida de uma nação, ao ajudar a determinar as necessidades dos cidadãos (Frey and Al-Roumi, 1999).

A compreensão sobre os determinantes dessa participação é importante para entender as *consequências* dessa participação, em termos de igualdade política: em que medida a desigualdade de recursos socioeconômicos como renda e educação pode se refletir em desigualdade política? Essa questão é crucial, já que esse reflexo de desigualdades socioeconômicas em desigualdade política pode gerar um círculo vicioso que dificulta o fim dessas desigualdades e uma melhoria na qualidade da democracia, como apontam Diamond e Morlino (2005).

Pensando mais especificamente no contexto brasileiro, além da desigualdade socioeconômica (a qual, ainda que tenha apresentado sinais de melhora substantiva nas últimas décadas, ainda é bastante alta no país), outras questões, mais relacionadas à cultura política, emergem. O grau de *desconfiança política*, especialmente em instituições como o Congresso Nacional e os partidos políticos, mantém-se bastante alto desde as primeiras pesquisas de opinião do atual período democrático (Moisés, 2005, 2010). Isso gera algum tipo de impacto sobre a participação? Conforme Dalton (2006) comenta, a desconfiança nas instituições pode gerar alienação, ou pode até aumentar a participação.

¹ No entanto, esses autores demonstram também a importância da participação para outros elementos fundamentais da qualidade da democracia, inclusive em termos de *outcomes*, como o *accountability*. Stutzer e Frey (2006) consideram a participação importante tanto para legitimar decisões políticas quanto para gerar resultados mais favoráveis à sociedade nessas decisões.

Outros fatores da cultura política podem estar ligados à participação. O interesse por política, por razões óbvias, é um deles: para ser ativo politicamente é preciso ter algum interesse nisso. O senso de eficácia política também foi apontado por autores diversos como estando relacionado à participação. Além disso, analistas da participação incluem como explicações variáveis ideológicas, como o posicionamento no espectro esquerda-direita (Dalton, 2006) e a ideologia “pós-materialista” proposta por Inglehart (Norris, 2002). Além disso, clivagens baseadas em fatores demográficos como idade, sexo e tamanho da cidade podem ser importantes para alguns tipos de participação.

Sendo assim, o presente trabalho pretende testar empiricamente a influência destes diversos fatores sobre a participação política no Brasil, através de uma análise quantitativa com dados do World Values Survey e da pesquisa de opinião A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas, realizadas pelo NUPPS-USP.

A análise que realizamos trata de *diversas formas de participação*: voto, participação em atividades partidárias, participação em Conselhos e Orçamento Participativo, protestos, petições, boicotes, discussões políticas. Como afirma Norris (1998) as formas “não-convencionais” de participação, como protestos, petições e boicotes, ganharam importância empírica e teórica nas últimas décadas, sendo algumas delas até mais frequentes do que essas atividades políticas mais tradicionais.

Mesmo com essa importância crescente, há relativamente poucos estudos que tratam de algumas dessas formas de ação política, especialmente em democracias mais recentes, por duas razões. Primeiramente, estudos em participação política, de uma forma geral, são mais frequentes em países mais desenvolvidos. Em segundo lugar, a maioria dos estudos sempre versou sobre a participação eleitoral, por haverem mais dados disponíveis sobre elas. E, ainda que a participação não-convencional tenha recebido crescente atenção nas últimas décadas, geralmente é abordada de maneira agregada (utilizando-se de “índices de participação não-convencional”, como se essas atividades fossem uma coisa só), ou então se trata apenas do protesto, das manifestações nas ruas, deixando essas outras formas de ação de lado (mais considerações sobre as formas de participação estudadas e as razões para estudar algumas e deixar outras de lado na seção “Desenho de Pesquisa”)

Este trabalho se divide em 4 partes: 1- breves considerações sobre o contexto brasileiro e internacional das últimas décadas, no que se refere à participação política e outros fatores a ela relacionados, como as instituições, a cultura política e o contexto socioeconômico; 2- modelos teóricos sobre as causas da participação; 3- o desenho de pesquisa deste trabalho, com informações sobre os bancos de dados utilizados, as variáveis utilizadas e as relações esperadas com cada variável explicativa 4- a análise quantitativa propriamente; 5- considerações finais.

1.Contexto internacional e brasileiro

No século 20, tendências como a crescente desconfiança nas instituições políticas e o declínio do papel dos partidos político se tornaram comuns até mesmo em democracias mais antigas (Norris, 2002; Thomas, 2001). A participação não-convencional, por sua vez, que já foi vista como fenômeno típico de países mais instáveis, de democracias recentes, se tornou parte importante do cotidiano político de países mais desenvolvidos. No entanto, essa desconfiança não foi a causa desse aumento de protestos, segundo evidências empíricas de vários estudos.

Por sua vez, essas novas democracias, como o Brasil, têm apresentado tendências de declínio na participação após momentos de engajamento mais intenso da sociedade que caracterizam os anos de transição para regimes democráticos (Inglehart e Catterberg, 2002)

O contexto brasileiro confirma, em partes, algumas dessas tendências internacionais. De um lado, o país é um bom exemplo de como a confiança política não possui relações claras nem com a participação eleitoral (com a qual se poderia esperar uma correlação positiva), nem com formas de participação mais contestatórias como os protestos (com as quais, intuitivamente, se esperaria uma relação negativa): a confiança nas instituições é relativamente baixa (Moisés, Luchman), mas a participação eleitoral é bastante alta.

Ainda que a instituição do voto obrigatório tenha um papel importante nessas altas taxas de comparecimento às urnas, a cultura política brasileira parece valorizar bastante essa forma de participação (Moisés, 2005).

Se compararmos as taxas de participação não-institucionalizada no Brasil e no resto do mundo, vemos que o país tem taxas de participação relativamente altas em petições e boicotes, com valores próximos a alguns países mais desenvolvidos e superiores a outras democracias

recentes da região, como o Uruguai, Chile e Argentina (abaixo). A participação em protestos, no entanto, não seguia essa tendência, sendo menos frequente no Brasil do que nesses países (uma característica que provavelmente mudou em 2013, com as recentes ondas de protestos que varreram o território brasileiro).

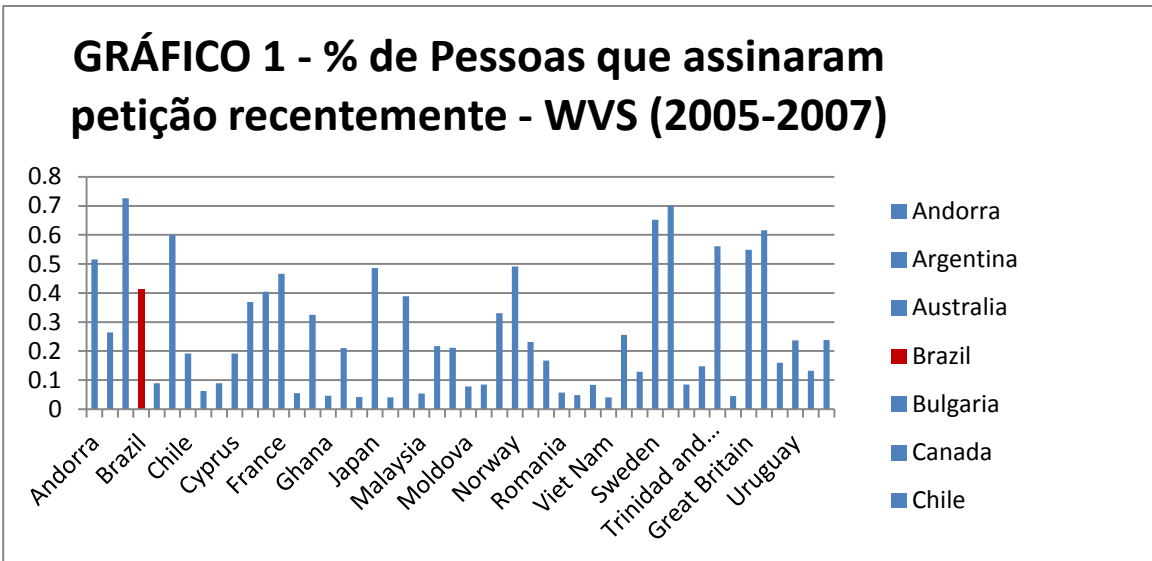


GRÁFICO 2 - % DE ENTREVISTADOS QUE JÁ PARTICIPARAM DE BOICOTES (WVS 2005-2007)

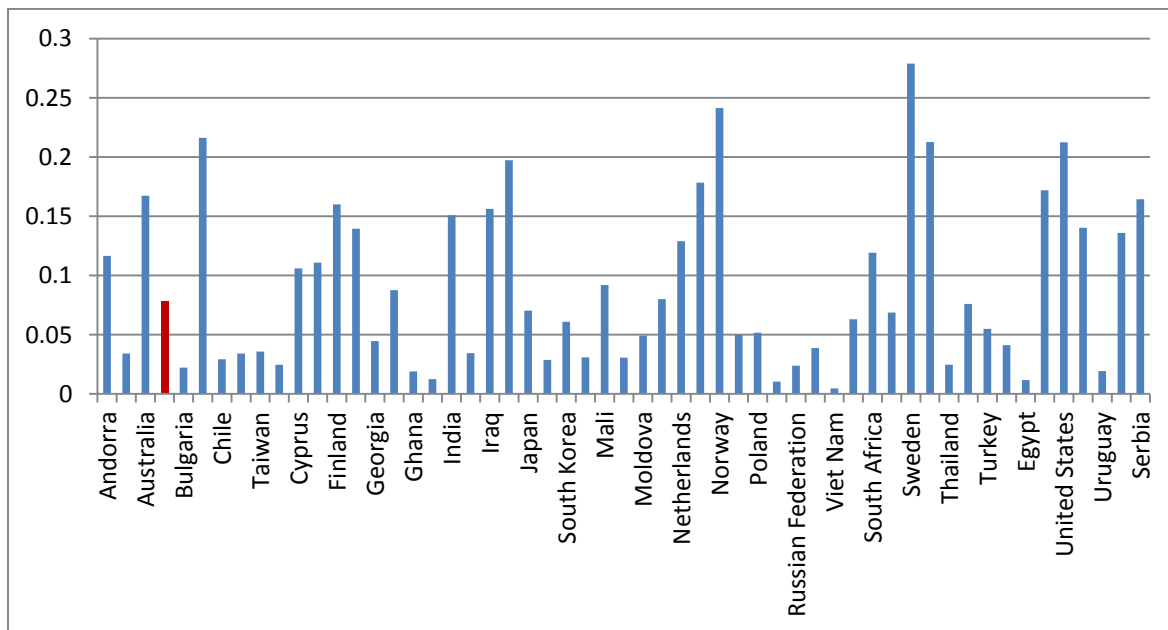


GRÁFICO 3 - % DE ENTREVISTADOS QUE JÁ PARTICIPARAM DE ALGUM PROTESTO (WVS 2005-2007)²

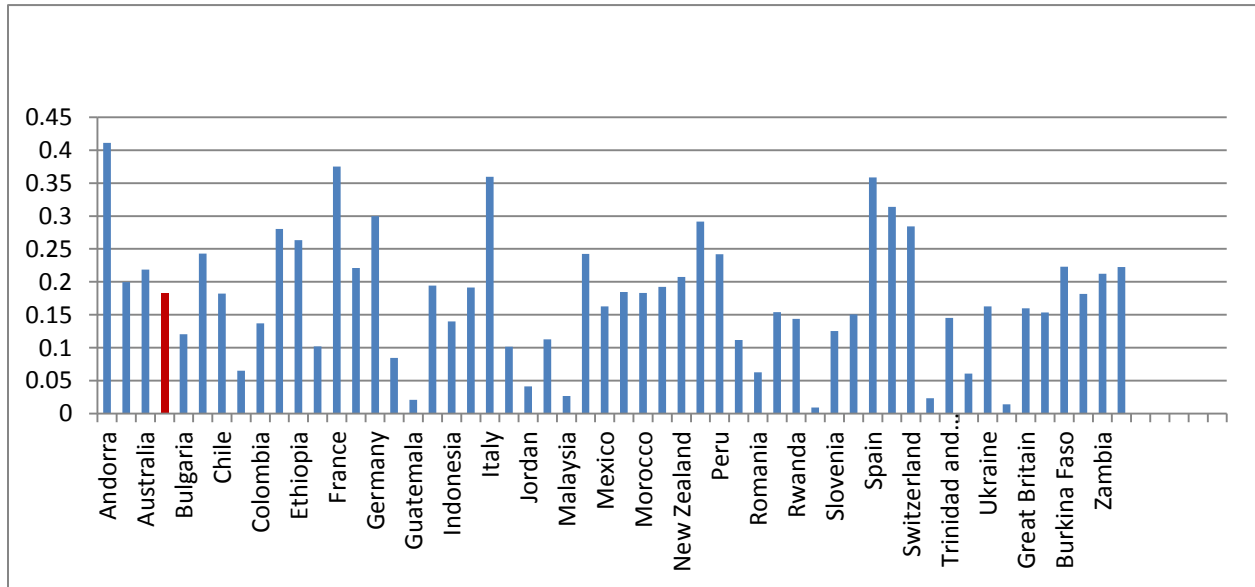
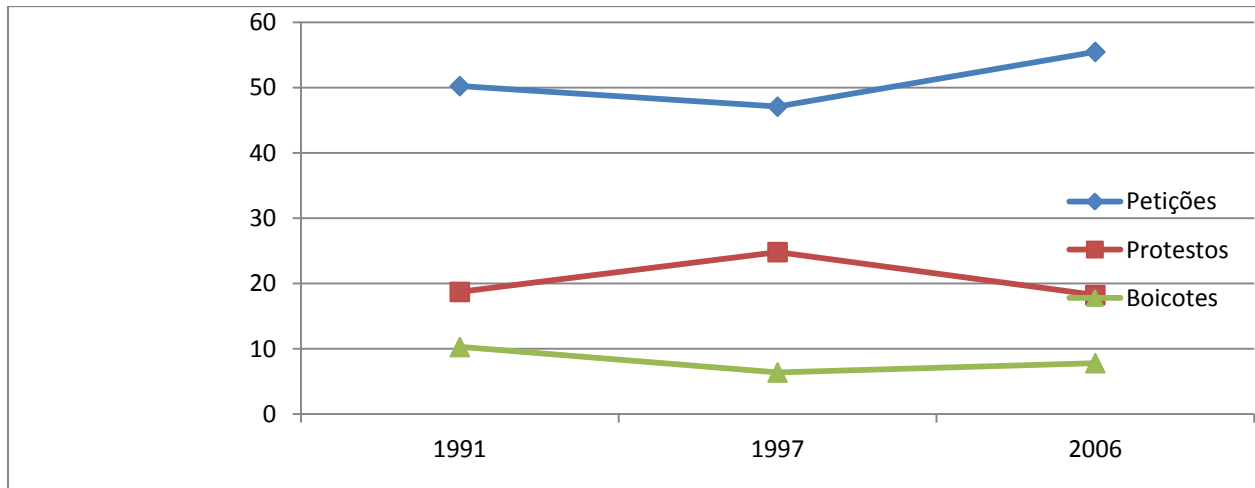


GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NÃO-CONVENCIONAL NO BRASIL (WVS)



Na perspectiva histórica recente, não há dúvidas de que o Brasil evoluiu consideravelmente em termos políticos e econômicos desde o início da democracia. No entanto, o país ainda tem severos desafios em relação à qualidade da democracia (Hagopian, 2005), ao

² O nome do Brasil não aparece nos gráficos 2 e 3, mas as colunas referentes ao país estão destacadas em vermelho, permitindo identificá-lo (a quarta coluna, da esquerda para a direita, em ambos os gráficos).

desenvolvimento e igualdade socioeconômica, e à cultura política. Os índices educacionais do país continuam consideravelmente baixos, e a pobreza e a desigualdade ainda persistem apesar de melhorias significativas.

Além disso, ainda há diversas limitações na democracia brasileira no que se refere a fatores como o *rule-of-law* (Hagopian, 2005). No contexto da cultura política, ainda que haja uma crescente adesão à democracia por parte dos brasileiros, há questões como a já mencionada desconfiança nas instituições políticas e, junto a ela, um descolamento entre instituições políticas como os partidos políticos e os cidadãos (Moisés, 2005, 2010). Chama atenção também o fato de que o Brasil figura na *última colocação* em um “ranking de capital social” elaborado por Norris (2002:150-1) numa lista de 47 países³.

E qual a relação da cultura política brasileira com as instituições? Apesar da institucionalização de mecanismos participativos (a exemplo do Orçamento Participativo) e mesmo as oportunidades de participação direta fornecidas pelo governo não são muito satisfatórias em relação a outros países latino-americanos (Rauschenbach, 2013). Além disso, segundo Romão (2011), muitas instâncias de participação da sociedade civil são fortemente influenciadas pelas instituições e funcionam como “franjas institucionais”. Dessa forma, podemos questionar se há uma independência da sociedade civil ou se há uma cooptação de interesses dessa sociedade civil pelo Estado.

A questão que se coloca a partir de tudo isso é: quem participa no Brasil? Como a participação política tem acompanhado essas tendências contínuas de melhorias na redução da pobreza e desigualdade? Como a participação se relaciona com a cultura política brasileira? E como as instituições estatais e as diversas redes de relações sociais e políticas do país impactam a participação em atividades diversas?

Responder a todas essas questões satisfatoriamente não é tarefa fácil, mas com o modelo de pesquisa aqui proposto pretendemos fornecer evidências empíricas que possam contribuir para essas respostas.

³ O índice de capital social criado para elaborar esse ranking é composto por confiança interpessoal e participação e trabalho voluntário para associações diversas. Olhando mais atentamente, percebe-se que o fator que coloca o Brasil na última colocação é a *confiança interpessoal*, sendo o Brasil relativamente bem situado no outro item em comparação aos outros países da lista. Esse ranking trata de médias de valores do World Values Survey para os anos 90.

2. Modelos Teóricos sobre as causas da participação

A participação política foi relacionada aos mais diversos fatores, desde fatores de ordem institucional como sistema eleitoral até fatores individuais inusitados como a genética (Fowler, 2011), passando por fatores socioeconômicos e culturais como aqueles mencionados acima.

Os analistas da participação política desenvolveram *frameworks* teóricos diversos. Teorell (2006) divide as causas da participação entre duas dimensões: recursos e incentivos. De forma semelhante, porém um pouco mais completa, o estudo de Brady, Verba e Schlozman (1995) aponta para três fatores *complementares* da participação política: a capacidade, a vontade de participar e, por último, a *oportunidade* de participar⁴.

Antes de prosseguir com esses modelos, é impossível deixar de falar sobre o “paradoxo da participação” que tem ocupado as mentes de cientistas políticos há décadas. Downs (1957) e Olson (1965) surgiram com a ideia de que as ações coletivas como a participação possuem a característica de “bens públicos”, ou seja, uma pessoa que não participa não será privada dos possíveis benefícios que essa participação traz (além do fato de que sua participação individual faz pouca diferença no resultado das ações, que poderia trazer esses supostos benefícios). Sendo assim, o que levaria um indivíduo a participar de ações políticas se ele não tem incentivo pessoal para fazer isso?

Ao longo do tempo, teóricos diversos tentaram solucionar essa questão incluindo entre as explicações para a participação política os chamados “incentivos seletivos”, ou seja, incentivos pessoais para que uma pessoa realize uma ação coletiva.⁵ Se a pessoa não participa dessa ação coletiva (no caso aqui, a participação em atividades políticas), ela não receberá esses incentivos, em contraposição a incentivos coletivos, ou seja, benefícios que atingem a todos indistintamente, inclusive aqueles que não participaram dessa ação.

⁴ Na verdade, esses autores falam mais em termos negativos: “One way to think about this puzzle is to invert the question and ask why people don't take part in politics. Three answers immediately suggest themselves: because they can't, because they don't want to, or because nobody asked”. O importante a notar aqui é a *complementariedade*, ou seja, é preciso haver esses 3 elementos para que um indivíduo participe.

⁵ Leighley(1995) expõe de maneira sucinta e objetiva as principais propostas, desde o próprio Downs (1957), de como incentivos diversos podem fazer com que os indivíduos participem de ações políticas. Borge e Cardenal (2010), por sua vez, também fazem uma exposição sobre o desenvolvimento dessa questão na literatura especializada desde esses trabalhos seminais de Downs (1957) e Olson (1965).

Essa ideia de *incentivos seletivos* surgiu do próprio Olson (1965) e certamente contribuiu bastante para explicar paradoxos da ação coletiva como a participação. Conforme Leighley (1995) descreve, Downs (1957) já havia proposto benefícios adicionais da participação como a preocupação de longo termo em manter a democracia. Posteriormente, outros incentivos adicionais foram propostos, como benefícios específicos para um grupo por ter ajudado a eleger um candidato (Uhlener, 1989). Benefícios não materiais também foram propostos, como o status social trazido pela participação, a satisfação ao participar e o senso de dever (ver Leighley, 1995). Ainda que seja inapropriado se alongar sobre essa questão aqui, esses benefícios não materiais exercem um papel importantíssimo nas análises sobre a participação política.

Em alguns contextos, cabe lembrar, a participação pode ser motivada por interesse pessoal puro e materialista: o contato com funcionários públicos e autoridades para obter favores pessoais, por exemplo, classificado como participação clientelista por Putnam (1994), é comum em certos locais. Esses contextos de clientelismo e corrupção podem também aumentar a participação eleitoral, segundo Inman e Andrews (2009), pois a compra de votos pode aumentar o comparecimento às urnas. Além disso, o interesse pessoal explica a participação em contextos como o do *voto obrigatório*. No entanto, esses casos só acontecem em certos contextos e para certos tipos de participação, não bastando para resolver o paradoxo que acaba de ser descrito.

Outros autores, como Aldrich (1993), defenderam que os *custos* da participação em atividades como o voto não eram altos, por isso as pessoas participavam. Ainda que essa ideia possa ser questionável, já que, para Downs (1957) um pequeno custo já serve para superar os benefícios da participação individual (já que a pessoa, individualmente, não vai influenciar as eleições salvo raríssimas exceções) e, além disso, ir até as urnas votar pode não ter um custo tão pequeno assim, esse raciocínio é útil para certas hipóteses que serão sugeridas nesse trabalho, em especial no que se refere a petições públicas, uma ação que tem custos próximos de zero quando é realizada através da Internet.

E por falar em Internet, ela muda a estrutura de custos e benefícios da participação política de uma maneira sem precedentes, conforme Borge e Cardenal (2010). Essas autoras propõem uma explicação que é compartilhada pelo modelo teórico que proporemos neste trabalho: os custos da participação interagem com a *motivação* para participar. Para elas, a

significativa diminuição de custos de participação que a Internet faz com que seja necessária menos motivação para que um indivíduo se engaje politicamente.

O modelo teórico proposto por Brady, Verba e Schlozman (1995), citado brevemente acima, tem duas grandes qualidades: além de propor três requisitos para a participação, este modelo vê uma *complementaridade* entre esses três requisitos.⁶ Não basta haver motivação e recursos para participar, é preciso, antes de tudo, haverem *oportunidades* de participação.

Como a maioria dos estudos de participação são sobre a participação eleitoral em democracias pós-industriais, e nesses países o sufrágio não é mais uma questão, além do fato de as eleições terem períodos fixos, a *oportunidade* é uma constante. Talvez por isso, não receba muita atenção de pesquisadores. Mas quando vamos estudar qualquer outra forma de participação que não sejam as eleições de representantes (e isso inclui plebiscitos e referendos), o número de oportunidades dadas ao indivíduo é, obviamente, algo importantíssimo. Se não houve nenhum protesto em sua cidade no último ano, por exemplo, como um indivíduo poderia participar de protestos? E se você recebeu 10 convites para assinar uma petição no último ano, certamente sua chance de assinar ao menos uma dessas petições será muito maior do que as chances de uma pessoa que recebeu apenas *um* desses convites.

Infelizmente, há pouca disponibilidade de dados sobre *quantas vezes* uma pessoa foi chamada para participar de um protesto ou petição recentemente (e sobre quantas vezes ela aceitou esse convite). No entanto, existem fatores que estão ligados à disponibilidade de oportunidades de participação, como será proposto posteriormente neste trabalho. No momento, é importante lembrar que, além de diferentes formas de participação perceberem *diferentes custos*, elas também podem possuir diferentes quantidades de oportunidades para um indivíduo, além de essas oportunidades estarem, possivelmente, ligadas a fatores como capital social, cidade onde vive, acesso a Internet e outros fatores culturais, socioeconômicos e demográficos.

Ainda que seja um tanto quanto difícil apreender diretamente as oportunidades de participação que cada indivíduo recebe, é importante ter em mente como surgem, ou melhor, *quem* traz as oportunidades de participação diversas, ou seja, quem determina a frequência delas.

⁶ Esta complementariedade não é necessariamente algo original desses autores, estando incluída nos debates sobre a escolha racional mencionados anteriormente neste trabalho. Porém, o modelo de Brady, Verba e Schlozman (1995) parece dar uma clareza para o assunto que é muito útil para elaborar um esquema teórico e modelos empíricos.

A partir disso, podemos pensar sobre as variáveis independentes que impactam essas *oportunidades* e as *diferenças* entre os tipos de participação quanto a essas oportunidades. A tabela abaixo se propõe a descrever os principais atores políticos que proporcionam cada forma de participação:



O esquema acima proposto destina-se a resumir os atores que determinam de forma decisiva as oportunidades de cada tipo de participação, mas podem haver outras maneiras menos diretas de cada um desses atores influenciarem a participação: o governo, por exemplo, pode fomentar outros tipos de atividade política de maneira indireta.⁷

3.Desenho de Pesquisa

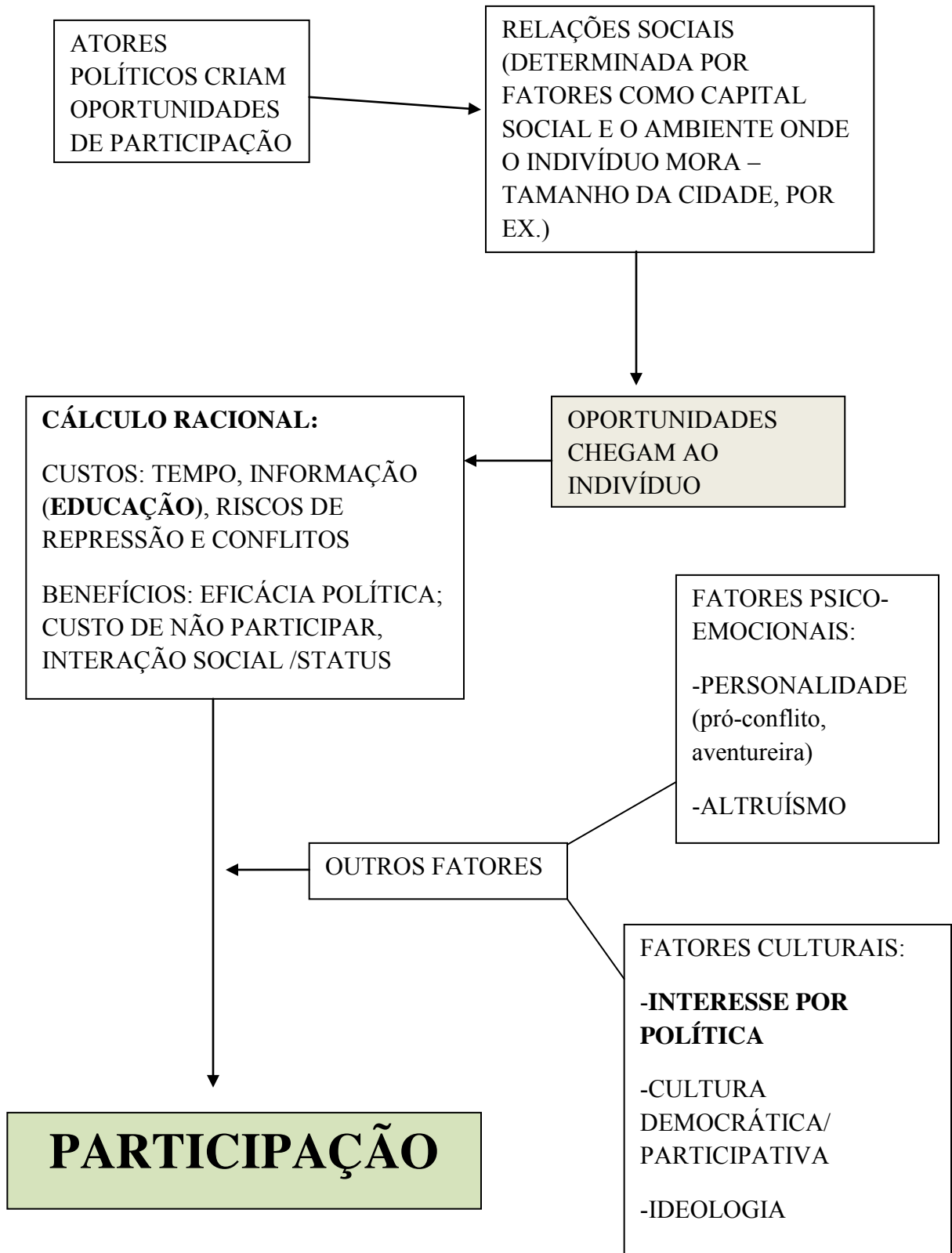
Podemos resumir tudo que foi exposto acima da seguinte forma: os diversos custos e benefícios da participação (sejam materiais ou não) se traduzem em motivações, as quais interagem com os recursos disponíveis e com fatores psicológicos e culturais para resultar em participação ou não-participação, dadas as oportunidades de participação que chegam ao indivíduo. No GRÁFICO 5, propõe-se um esquema lógico dos mecanismos que levam à participação, iniciando-se no estabelecimento de oportunidades (que, conforme o gráfico

⁷ Como repara Rennó (2003), “a ênfase de Putnam recai especialmente sobre atributos psicológicos e sociais que afetam as chances de participação de indivíduos em formas de ação coletiva. Contudo, o papel de instituições formais em estruturar a interação social limitando o leque de comportamentos oportunistas e servindo como fonte de informação para atores políticos é quase totalmente desconsiderada”. A mesma crítica que ele faz a Putnam pode ser feita a diversos outros estudiosos da participação política, como notado por Leighley (1995), o qual percebe que altos níveis educacionais e de renda, por exemplo, podem estar correlacionados com maiores oportunidades de participação. Por isso, é importantíssimo levar em conta os fatores relacionados a essas estruturas de oportunidades.

anterior, se dá por diferentes atores políticos dependendo do tipo de participação que estamos pensando).

Obviamente, não é possível controlar todos esses fatores, mas busca-se um modelo que controle e teste esses fatores diretamente ou através de *proxies*, e que, espera-se, não traga relações espúrias ou omissão de variáveis que possam trazer vieses para o modelo inteiro. Além disso, cabe a ressalva de que esse gráfico pode ser alvo de questionamentos do ponto de vista conceitual. Altruísmo, por exemplo, não é um fator necessariamente psicológico, podendo ser considerado como cultural. Além disso, o que incluímos como cálculo racional pode gerar discórdia, já que muitas vezes o que se considera como decisão racional envolve apenas interesses pessoais. No entanto, o que pretende-se frisar aqui é o *processo dinâmico* que leva à participação.

GRÁFICO 5 – ESTRUTURA DOS FATORES QUE LEVAM À PARTICIPAÇÃO



3. Desenho de Pesquisa

As diversas variáveis explicativas que podem ser mobilizadas para explicar a participação política podem se dividir em: fatores culturais, fatores socioeconômicos e demográficos, além dos fatores de nível agregado (fatores institucionais, contexto político e econômico de um país, etc.).

Esses fatores de nível agregado, em especial fatores institucionais como regras eleitorais, não são o foco deste trabalho porque para analisar o impacto deles na participação é necessário um design de pesquisa *cross-national*. Porém, fatores institucionais devem ser levados em conta em alguns casos, já que eles podem mudar a relação da participação com outras variáveis.

O voto obrigatório, por exemplo, não apenas é aumenta a participação eleitoral, como também muda a relação de outras variáveis explicativas, de nível individual, com a participação eleitoral. Quando o voto é facultativo, as motivações diversas de um indivíduo, ou mesmo fatores como a distância das urnas, são fatores mais importantes para explicar a ida às urnas, enquanto o voto obrigatório traz mais importância para outros fatores como características socioeconômicas que tornam o título de eleitor mais importante para um indivíduo.

Diferenças regionais também devem ser levadas em conta, e podem ser (como veremos adiante, o tamanho da cidade apresenta relações estatisticamente significativas com alguns tipos de participação, o que pode ser explicado por fatores como maiores oportunidades de participação em certos locais).

Por sua vez, uma análise da evolução temporal da participação necessitaria de pesquisas com séries temporais. Ainda que isso não seja realizado no presente trabalho, a utilização de pesquisas de opinião de três momentos diferentes (a primeira delas em 1991, no início do período democrático; a segunda após o país ter experienciado alguns anos de democracia e alguma estabilidade política e econômica, em 1997; e a terceira em 2006, com quase duas décadas de democracia, e sob um novo governo) traz um retrato mais completo da participação

política no período democrático, estando menos sujeito à influência do contexto de momentos específicos⁸.

Antes de adentrar nas variáveis explicativas, é necessário fazer alguns esclarecimentos sobre o uso do conceito de *capital social* nos estudos sobre participação. No presente estudo, evita-se a utilização direta do conceito de capital por motivos diversos: a falta de consenso nas definições deste termo e, principalmente, na forma de medi-lo⁹ e as relações espúrias que esse conceito tem com a participação, seja qual for a definição que adotemos para ele (Pavez, 2006). No entanto, não há dúvidas de que existe uma relação entre capital social e participação, seja através das oportunidades ou através de questões ligadas à cultura política e motivações (Rubenson, 2005; Bäck and Christensen, 2013). Portanto, a melhor abordagem parece ser através da utilização de variáveis explicativas que representem os diversos fatores que podem ser considerados como componentes do capital social.

Feitas essas considerações sobre fatores de nível agregado e sobre capital social, vamos às variáveis explicativas e as *hipóteses* que se espera comprovar a respeito de cada uma (ou seja, a relação esperada entre cada uma dessas variáveis e cada forma de participação).

Variáveis da cultura política:

Interesse por política: por razões óbvias, espera-se uma relação positiva e significativa com todos os tipos de participação, exceto a participação eleitoral, pois o voto obrigatório faz com que as pessoas vão às urnas mesmo sem interesse por política.

Sensação de eficácia política interna: a crença na capacidade de influenciar a política também aumenta as chances de um indivíduo participar. Por que alguém se daria ao esforço de agir politicamente se não acreditasse que tem essa capacidade? Desde Downs (1957), acredita-se que aqueles que não se sentem capazes de entender e agir sobre questões políticas preferem abster-se delas.

⁸ Norris (2002) utiliza em sua análise *cross-national* as médias de cada década como variáveis dependentes e independentes. Além de isso não ser possível para uma análise de *nível individual*, a abordagem escolhida por essa autora pode trazer um pouco de imprecisão.

⁹ Norris (2002) cria um “índice de capital social”, como já mencionado. O índice dela nada mais é do que um termo interativo entre *confiança interpessoal* e *participação em associações*. Considerando que não há razões para supor que haja uma interação desses dois fatores em sua possível relação causal com a participação, parece melhor aferir essa possível relação de forma direta e separadamente.

Sensação de eficácia política externa: de maneira semelhante, para que o indivíduo queira participar, é preciso que um indivíduo acredite que o regime político proporciona a ele chances de influenciá-lo efetivamente através de ações políticas.

Confiança política: confiança institucional ou confiança política é uma dimensão importante da ciência política e da cultura política. Diversos estudos procuram relações entre a confiança nas instituições políticas e a participação, mas há pouco consenso sobre essas relações: Dalton (2006) nota que autores diferentes encontram correlações diferentes (por vezes até opostas) entre participação política e confiança nas instituições políticas, mas há poucas dúvidas de que a confiança exerce algum tipo de efeito sobre a participação.

Uma proposição comum é de que a *desconfiança* política diminuiria a participação convencional, mas aumentaria a participação em protestos. Porém, esta proposição nem sempre é confirmada por estudos empíricos. O próprio Dalton encontra evidências de que a participação em protestos segue tendências muito semelhantes àquelas que encontramos na participação “tradicional”, sendo fortemente correlacionadas com a disponibilidade de recursos como a educação e renda, e tendo pouca relação com a *confiança política* (ainda que seja uma relação *negativa*, ou seja, quanto maior a desconfiança em instituições como o Parlamento, *maior* a participação em protestos)¹⁰.

Booth e Seligson (2009) medem o impacto de diferentes tipos de “legitimidade” (alguns dos quais correspondem exatamente à *confiança nas instituições*) sobre diversas formas de participação na América Latina, e concluem que indivíduos descontentes com as instituições políticas não participam menos da política nem partem para ações mais disruptivas necessariamente. Isso é interessante para pensar o caso brasileiro, onde um alto grau de desconfiança política convive com uma crescente adesão ao regime democrático (ou seja, por mais descontentes que estejam com os governantes, os cidadãos veem cada vez mais a democracia como “the only game in town” – Moisés, 2005).

¹⁰ A disputa entre explicações ligadas à disponibilidade de recursos e explicações ligadas à desconfiança política foi objeto de muitos estudos sobre a participação em protestos, conforme Dalton, Van Sickle e Weldon (2009) descrevem. Os resultados opostos desses diversos estudos (alguns encontrando relação positiva entre *confiança* e protestos, outros encontrando uma relação negativa) pode ser devido a uma terceira variável que causa confusão: a confiança inter-pessoal. Esse é o argumento de Kaase (1999), o qual encontra uma relação negativa entre protestos e confiança nas instituições, mas uma relação positiva entre protestos e confiança inter-pessoal. Percebendo que esses dois tipos de confiança são altamente correlacionados, este autor afirma que, sem um controle da confiança inter-pessoal, pode haver uma distorção nos resultados de análises do efeito da confiança política sobre a participação.

Aqui, utilizamos a *confiança no Poder Legislativo* para medir confiança política, pois ela não está atrelada aos sentimentos por nenhum governo em específico (como a *confiança no Poder Executivo*) e está presente em todas as pesquisas de opinião utilizadas neste trabalho.

Confiança inter-pessoal: para alguns autores, componente do capital social, essa variável é utilizada frequentemente na literatura de participação, já que a confiança nas pessoas, em teoria, traria maior interação com as pessoas e isso, por sua vez, leva a mais participação (pelo aumento das oportunidades de participação, mas também por estímulos à participação que essa interação pode trazer). No entanto, muitos estudos falham em encontrar uma relação estatística significativa entre este tipo de confiança e a participação. Além disso, a confiança interpessoal (assim como o capital social, de forma geral) pode ter relações espúrias com a participação (ela pode ser não apenas *causa*, mas também *consequência* da participação, e também podem haver outras variáveis relacionadas tanto à participação quanto à confiança nas pessoas – variáveis psico-culturais, por exemplo, como uma visão de mundo mais otimista ou pessimista).¹¹

Participação em associações: também componente do capital social para alguns autores, e muito importante para a participação política devido à interação social que traz¹². Com efeito, Leighley (1995) repara que até mesmo fatores que sempre foram considerados como determinantes da participação, como a educação e outros fatores socioeconômicos, podem, na verdade, estar correlacionados com as relações sociais que trazem mais oportunidades de mobilização política. A participação em alguns tipos de associações é inclusive uma forma de participação política ela própria, sendo incluída em alguns estudos sobre participação.

Variáveis psicológicas:

Personalidade voltada para riscos e aventuras: de acordo com Ulbig e Funk (1999), traços psicológicos como a disposição ao conflito podem influenciar *positivamente* a

¹¹ Kaase (1999) sugere que a confiança interpessoal pode distorcer a relação entre confiança política e participação não-convencional (pois está positivamente correlacionada com ambas mas, segundo ele, a participação não-convencional estaria *negativamente* relacionada com estas formas de participação, porém essa relação negativa ficaria escondida se não houvesse o controle para *confiança pessoal*).

¹² “Social capital is traditionally defined as having two central components: social networks, and interpersonal trust (Putnam, 2000: 19). When it comes to political participation, most studies find that the network component is the central element for explaining how active citizens are” (Bäck and Christensen, 2013).

participação política. No entanto, Arbache e Freire (2013) não encontram uma relação estatisticamente significativa entre esta variável (medida a partir de uma auto-percepção do indivíduo) e a participação em protestos. No presente trabalho, infelizmente, não temos à disposição variáveis que meçam a disposição ao conflito, mas fazemos uso de uma variável que mede a “disposição a riscos”, algo semelhante, e que também pode fornecer uma hipótese razoável e aparentemente original na literatura: pessoas mais aventureiras, mais dispostas a riscos, participam mais de atividades políticas como a participação *não-convencional* ou mesmo atividades partidárias (nas quais discussões inflamadas podem ser comuns e, ainda que não sejam necessariamente perigosas em países democráticos, essas discussões e atividades em geral podem motivar mais os indivíduos “aventureiros” do que aqueles que preferem conforto e segurança).

Personalidade obediente – espera-se que pessoas que dão menos importância à obediência possam participar mais de ações confrontatórias como os protestos e boicotes. Porém, não há, na literatura abordada no presente estudo, menções diretas a essa característica como possível determinante da participação política.

Altruísmo/ identificação social: seguindo o estudo de Fowler e Kam (2007), espera-se uma correlação *positiva* entre essa variável e todas as formas de participação (com exceção do voto, já que o voto compulsório traz uma boa razão para as pessoas votarem por puro interesse individual, o que pode tirar qualquer efeito que orientações altruístas teriam sobre essa forma de participação)¹³. Em certos contextos, porém, a participação pode ser motivada pelo interesse individual, como já foi exposto anteriormente.

Ideologia pós-materialista: o conceito desenvolvido por Inglehart ganhou atenção especial em estudos de participação como o de Norris (2002). A ideologia pós-materialista, mais voltada para o bem-estar do que para a sobrevivência (para resumir, de maneira um tanto quanto

¹³ Neste estudo de Fowler e Kam (2007), os autores distinguiram o altruísmo puro (preocupações com *todas* as pessoas) daquilo que chamam de *identificação social*. Aqui, no entanto, não fazemos essa distinção, porque o que se mede com a variável do WVS que incluímos é o quanto é importante para um indivíduo “ajudar as pessoas que estão próximas”, o que está mais para essa identificação social com um grupo específico do que para altruísmo, mas pode ser considerado como uma forma de medir ambas. Cabe lembrar também que a maneira que temos para medir esse fator é, assim como as outras variáveis psicológicas, através da auto-percepção do indivíduo. Portanto, o que estamos medindo aqui, mais do que o altruísmo em si, é a *valorização* do altruísmo, das ações em prol de outras pessoas, diferentemente do experimento desses autores, que mede o quanto indivíduos agem em prol dos outros em jogos que envolvem incentivos reais.

simplificadora), seria, em tese, mais ligada a formas de participação não-convencionais. Segundo Inglehart (1997), o indivíduo pós-materialista recusa ações ligadas à política partidária em favor dessas formas de ação menos institucionalizadas¹⁴.

Ideologia (esquerda/direita): esta variável é incluída em estudos como o de Dalton (2006) para explicar a participação, podendo haver maior participação não-convencional de pessoas com inclinação ideológica à esquerda.

Valorização da democracia: espera-se que aqueles que valorizam mais a democracia também valorizem mais a participação, ainda que uma coisa não esteja necessariamente relacionada à outra. Em países como o Brasil existem traços de uma cultura anti-participativa, paternalista, que podiam ser sentidos, por exemplo, no referendo de 2005 sobre a proibição de venda de armas, quando muitos cidadãos diziam que são os políticos que devem decidir as coisas por eles.

Variáveis Socioeconômicas e demográficas:

Educação: como já mencionado, esse é um dos mais poderosos preditores da participação política. Além dos efeitos da educação sobre o grau de informação (e, conseqüentemente, sobre a sensação de eficácia política interna), essa variável pode ter impactos sobre a cultura política (ainda que essa hipótese pareça passar despercebida na literatura). No entanto, a educação pode ter “retornos políticos decrescentes”, segundo Schlegel (2011).

Renda: faz parte dos recursos socioeconômicos, os quais conformariam a *capacidade* de participar, segundo Brady, Schlozman e Verba (1995). Porém, eles mesmos só veem significância estatística na relação da renda com *doações financeiras*, uma forma de ação que, obviamente, depende muito da disponibilidade de recursos econômicos de uma pessoa.

A alegação desses autores de que as doações estão se tornando importantíssimas para determinar a política é verdadeira (talvez menos em outros países do que nos EUA) mas, de qualquer forma, devemos nos lembrar que as formas de participação estudadas neste trabalho e na literatura em geral não parecem ter custos financeiros expressivos (com exceção de alguns

¹⁴ A codificação dessa variável foi encontrada no website do *Quality of Government* e não no WVS diretamente (http://www.qogdata.pol.gu.se/dataarchive/codebook_standard_6apr11.pdf)

custos de transporte, por exemplo, para ir a um protesto ou votar). O único tipo de participação que pode ter uma relação mais importante com a renda seriam os boicotes: para deixar de comprar produtos por razões políticas muitas vezes o indivíduo precisa pagar mais, já que os substitutos destes produtos que sejam, por exemplo, ambientalmente ou socialmente mais responsáveis, costumam ser mais caros (Marien, Hooghe e Quintelier, 2010)¹⁵.

Internet: conforme já mencionado, a Internet pode alterar de forma significativa os custos de participação, além de poder alterar a motivação do indivíduo para participar (Borge e Cardenal, 2011). Além disso, ela pode trazer mais *oportunidades* de participação, já que o contato com outras pessoas pode trazer convites para protestos, petições públicas, ações de boicote coletivo ou mesmo atividades partidárias. Sendo assim, espera-se que o *acesso à Internet* esteja positivamente correlacionado com participação (especialmente em atividades como as petições).

Tamanho da cidade: a hipótese que postulamos aqui é que cidades maiores tenham mais participação, por motivos diversos. Quando se trata da participação eleitoral isso tem relações com o fato de que regiões mais afastadas os eleitores têm maior dificuldade de acesso às urnas. No caso das outras formas de participação, supõe-se que cidades maiores tenham mais *oportunidades* de participação (especialmente em atividades não-convencionais como o protesto), além de possíveis influências na cultura política que não teriam sido captadas pelas outras variáveis utilizadas nesse estudo (e nos estudos de participação política de forma geral). Dessa forma, essa variável, apesar de ser demográfica, é mais semelhante aos fatores que incluímos como componentes do capital social, os quais determinam oportunidades de participação e, possivelmente, fatores motivacionais ligados à cultura política, conforme salientado acima.

Sexo: a princípio, podemos esperar que as mulheres participem da política menos do que homens, por motivos diversos. Porém, Leighley (1995:184) nota que essa correlação entre

¹⁵ É importante salientar aqui uma questão metodológica referente à maneira como *renda e educação* foram medidas pelo World Values Survey. Primeiramente, a renda foi medida de maneira subjetiva nas edições de 1997 e 2005, perguntando não o quanto o indivíduo ganha mensalmente, mas em que posição ele acredita se encontrar numa escala de renda de 1 a 10 considerando todas as pessoas de seu país. A educação, por sua vez, envolveu a possibilidade de o indivíduo que ainda não terminou seus estudos falar uma estimativa sobre qual o último diploma que ele pretende receber. Essa maneira de abordar essas duas características parece altamente questionável.

gênero e participação mudou consideravelmente, tornando-se inexistente para a participação eleitoral ou até invertendo-se, segundo alguns estudos, para outras formas de participação. Hooghe, Stolle e Micheletti (2005) notam também que as diferenças de sexo que se verifica para atividades tradicionais como o voto podem não existir (ou até se inverter), já que grupos historicamente marginalizados tendem a participar mais de atividades menos convencionais, consideradas de “outsiders” (Thomas, 2001). Ainda sobre essas diferenças de gênero em termos de *tipos de participação diversos*, Dalton (2006) encontra uma relação estatisticamente significativa nos 4 países que estuda, porém apenas para atividades não-convencionais, da mesma forma que Hooghe e Stolle (2004), que num estudo mais específico, sobre a participação de adolescentes, concluem que aquelas que são sexo feminino participam mais de atividades ligadas a movimentos sociais, enquanto aqueles do sexo masculino são mais ativos em atividades de confronto (como protestos).

Idade e ciclo de vida: a relação entre idade e participação pode ser complexa, já que se mistura a fatores como diferenças culturais entre gerações, fatores como ocupação¹⁶ e o número de filhos¹⁷. Podemos esperar uma correlação *positiva* entre participação e idade, pois ao se tornarem adultos, adquirem novas responsabilidades que se ligam ao mundo da política, como o pagamento de impostos e a entrada em programas sociais do governo (Dalton, 2006: 51). Por outro lado, os jovens podem possuir um vigor físico e uma inquietação psicológica que pode explicar o fato de o mesmo estudo ter encontrado uma relação *negativa* entre idade e

¹⁶ Conforme Dalton (2006) menciona, o ambiente universitário em que os jovens vivem pode favorecer (ou seja, trazer mais oportunidades para) o engajamento em atividades como os protestos (veja mais sobre isso abaixo em “ocupação”). Além disso, ser estudante ou desempregado, por exemplo, aumenta o tempo disponível em relação ao de um trabalhador. No entanto, Winters (2009) não encontra relação entre o fato de ser estudante ou desempregado atualmente e participar de protestos. No presente estudo, regressões com uma variável binária para *estudantes* também não encontraram resultados significativos. Além disso, a inclusão dessa variável *não* alterou de forma significativa os resultados da variável *idade* ou mesmo outras variáveis independentes. De qualquer forma, mantivemos a apresentação de resultados com *ocupação* como variável independente, para garantir algum controle para o status ocupacional, separando pessoas empregadas de todas essas outras categorias que podem ter mais tempo disponível.

¹⁷ De forma semelhante ao status ocupacional, o *número de filhos* pode diminuir o tempo disponível para participar, mas traz também novas responsabilidades, como as mencionadas acima (as quais podem estimular mais participação – ter filhos pode significar o usufruto de serviços do Estado como as escolas públicas, por exemplo), além de novas oportunidades de participação dado o contato com outras pessoas que a paternidade/maternidade pode trazer. Com efeito, Jennings (1979) estuda as diferenças entre diversas faixas etárias, além do papel de fatores como ter filhos sobre a participação, mas conclui que a quantidade de filhos não impacta significativamente a participação. No presente estudo, o número de filhos não apresentou relação estatisticamente significativa em diversos modelos de regressão testados, por isso não foi incluído nos resultados apresentados abaixo.

participação não-convencional¹⁸. Zukin et al (2006) também veem relações complexas entre idade e participação, discordando da afirmação cada vez mais frequente na literatura de que os jovens estão participando cada vez menos, além de encontrar evidências de que a participação em *boicotes* é cada vez mais frequente em *todas as faixas etárias*. Goerres (2009), por sua vez, vê complexas relações entre diversas formas de engajamento político e a idade dos cidadãos europeus, com tendências diversas.

Status ocupacional: como já mencionado, um trabalhador tem *menos tempo disponível*, mas possui também uma rede de oportunidades de participação maior do que um indivíduo desempregado, uma dona-de-casa, ou uma pessoa aposentada. No entanto, *estudantes* possuem mais tempo disponível do que alguém que trabalha 8 horas diárias e também possuem uma rede de relações sociais que podem trazer mais oportunidades de participação (especialmente em ambientes universitários).¹⁹ No entanto, não encontramos relação estatisticamente significativa entre o status de estudante e a participação.

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	RELAÇÃO ESPERADA COM PARTICIPAÇÃO
Educação	Positiva
Renda	Positiva (ou nenhuma)
Idade	Positiva (participação convencional); Negativa (protestos e petições)
Sexo (feminino)	Negativa (homens participam mais)
Ocupação	Negativa (menos tempo disponível) OU Positiva (emprego traz mais relações sociais).
Tamanho da cidade	Positiva
Internet	Positiva
Confiança interpessoal	Positiva

¹⁸ Conforme a nota de rodapé 15, os mais jovens podem participar mais de atividades como protestos por serem *estudantes*. No entanto, nesta mesma nota de rodapé salientamos que, controlando para esse possível efeito do ambiente estudantil, não encontramos diferenças na relação entre idade e participação.

¹⁹ De maneira semelhante, podemos pensar que alguém que não trabalha mas participa de associações estaria numa situação muito favorável à participação.

Participação em associações	Positiva
Confiança política	Positiva (participação convencional) e negativa (participação não convencional)
Interesse por política ²⁰	Positiva
Eficácia Externa (percepção sobre a possibilidade de influenciar o governo)	Positiva
Eficácia Interna (auto-percepção sobre capacidade de entender a política)	Positiva
Importância da democracia (WVS2006) Valorização da democracia em relação a suas alternativas (WVS1997, NUPPS)	Positiva
Ideologia (Direita)	Negativa (participação não convencional)
Ideologia (pós-material)	Positiva (participação não convencional)
Altruísmo: auto-declaração sobre a importância de ajudar as pessoas próximas (WVS 2006)	Positiva
Personalidade:	Positiva (especialmente participação não-convencional)
<ul style="list-style-type: none"> • Auto-declaração sobre importância de viver aventuras e tomar riscos • Auto-declaração sobre importância de se comportar adequadamente 	Negativa (participação não-convencional)

Bancos de dados utilizados:

- World Values Survey (WVS) de 1991, 1997 e 2006 (além de dados descritivos de todas as 5 ondas de pesquisas do WVS para comparação internacional);

²⁰ Foram realizados também testes com uma variável que mede o quanto a política é importante para o entrevistado, que teve resultados semelhantes mas em alguns casos com menor significância estatística do que a variável utilizada (que consiste numa perguntadireta sobre o interesse por política). Optamos por deixar uma delas apenas para haver parcimônia nos modelos.

- Pesquisa de opinião “A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas”, de 2006, realizada pelo NUPPS-USP (Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo).

Análise: regressões logísticas e relogit (adaptação da regressão logística para casos onde a variável dependente é um evento raro)²¹, ordered logits (para variáveis ordinais – abaixo).

Variáveis Dependentes:

- *Participação não-convencional:* petições, protestos e boicotes.
- *Participação convencional:* voto e participação em atividades partidárias e campanhas políticas.
- *Participação institucional direta:* participação em Conselhos e Orçamento Participativo.
- *Participação informal:* discussões políticas para tentar convencer alguém.

WVS 1991, 1997, 2006: dummies para participação em toda a vida - participação não-convencional .

WVS (apenas 2006): dummies para participação recente (não convencional e voto)

WVS (apenas 1991 e 1997): variável ordinal para discussão política (3 categorias)

WVS (apenas 1991): atividades partidárias

NUPPS: dummies para participação em toda vida (participação não-convencional e voto); variáveis ordinais divididas em 4 categorias (participação em Conselhos e Orçamento Participativo, atividades partidárias e discussão política).

Considerações gerais sobre o conceito de Participação Política e as Variáveis Dependentes utilizadas

Não há um consenso definitivo sobre o que é participação política. Conge (1988) faz uma revisão da definição do termo em alguns trabalhos importantes na área, e parte da definição mais

²¹ King e Zeng (1999a) criaram essa adaptação da regressão logística para situações onde a variável dependente tem poucos casos de y=1, o que pode fazer com que os tradicionais *logit* ou *probit* não sejam adequados, como é o caso de muitas variáveis dependentes aqui utilizadas (em especial, protestos e boicotes).

estreita, para posteriormente expor outras definições mais amplas, que incluem atos violentos e até mesmo consequências políticas não intencionais da ação humana²².

No presente trabalho, não pretendemos ir além do que a literatura costuma utilizar como “participação política”. Porém, se adotarmos uma definição muito estreita, como a de Verba e Nie (1972), muitas formas de participação que são de interesse central aqui ficariam de fora. Sendo assim, seguimos a definição de Barnes, Kaase et al. (1979) considerando ações indiretas para influenciar o processo político, como protestos, petições e boicotes. Entre elas, a que poderia gerar mais questionamentos, talvez, seria o boicote, mas o argumento de Stolle, Hooghe e Micheletti (2005) para que as decisões de consumo baseadas em motivos políticos sejam levadas em conta como forma de participação parece ter sido adotado não só pela literatura e também por pesquisas de opinião, mesmo antes de terem escrito esse artigo²³.

Incluir como forma de participação política o ato de *discutir política*, por sua vez, pode gerar controvérsias. De acordo com Day (1992:40), para considerarmos uma *discussão* como ação política, isso depende da natureza dessa discussão: se for para mobilizar alguém para uma causa, tentar convencer alguém de votar em um candidato, ou qualquer outra tentativa de influenciar ações políticas, então ela pode entrar no rol de atividades que consideramos como participação.

Ainda que esse autor prefira deixar o ato de discutir política de lado por considerar difícil garantir que uma discussão política tenha essa finalidade, utilizaremos esse fator como variável dependente pelas seguintes razões: primeiramente, a objeção de Day se refere à discussão política por objetivos outros que não tentar influenciar pessoas (como discutir sobre política

²² “Verba and Nie define political participation as behavior designed to affect the choice of governmental personnel and/or policies.’ They exclude passive forms, civil disobedience and political violence, efforts to change or maintain the form of government, behavior outside the sphere of government, behavior mobilized by the government, and unintended political outcomes” (Conge, 1988, p.242). Teorell (2006) lembra que Verba e Nie assumem a limitação do seu conceito, que funcionaria mais como um “proxy” de participação entendida em sua integridade do que algo que realmente abranja tudo que pode ser incluído como participação.

²³ De fato, a governança por organizações privadas tem sido fenômeno crescente na política nacional e global, assim como grupos de interesse tem sido vistos por alguns estudiosos como mais importantes do que partidos políticos para influenciar e determinar a política hoje em dia. Ações como boicotes (ou, em alguns casos, petições e protestos) estão relacionadas a isso Hale e Held (2011) dedicam um livro inteiro à emergência de novas formas de governança global, que partem de atores não-estatais (e em muitos casos são igualmente voltadas para esses atores não-estatais). Thomas (2001), por sua vez, dedica um livro à crescente importância de grupos de interesse na política e o concomitante declínio de instituições tradicionais como os partidos políticos.

numa aula de uma universidade), o que provavelmente é muito mais raro do que discussões cotidianas onde uma discussão acontece. Em segundo lugar, as perguntas da survey do NUPPS que utilizamos parecem mais diretas, já que a pergunta que consta a esse respeito é “Com que frequência você tenta convencer alguém do que pensa politicamente”²⁴.

Quanto à participação ilegal ou violenta, não parece haver razões para excluí-la da categoria “participação política”. De fato, como Conge (1988) salienta, em sua revisão de outros trabalhos, muitos autores incluem esse tipo de ação nas suas análises de participação. De fato, seria interessante estudar as características e motivações das pessoas que partem para essas formas de ação mais radicais e polêmicas, especialmente no atual contexto brasileiro. No entanto, não pretende-se abordar essas formas de ação aqui por uma razão pragmática: a quantidade de pessoas que declara ter participado dessas formas de ação nas *pesquisas de opinião* é muito baixa (ainda mais baixa do que outras formas que decidimos utilizar, como os boicotes)²⁵. Além dos problemas metodológicos que isso gera, essa taxa muito baixa de participação nessas atividades faz com que elas não sejam pertinentes para o foco central deste trabalho (estudar a participação política no Brasil).

Quanto à participação não-institucionalizada ou não-convencional mais comum (petições, protestos e boicotes), há razões diversas para estudá-la, começando pela lacuna na literatura que foi mencionada na introdução do presente texto (especialmente na literatura sobre novas democracias). Considerando que as petições públicas, por exemplo, constituem um dos atos mais frequentes na vida política dos cidadãos (com taxas muito superiores às de outras formas de participação), é importante preencher essa lacuna.

²⁴ Também foi utilizada uma variável para *discussão* que consta no WVS em suas versões de 1997 e 1991. Infelizmente, neste caso a pergunta é mais genérica, podendo incluir formas de discussão política que não objetivem influenciar o comportamento político de outras pessoas. Ainda assim, optamos por deixá-las por acreditarmos que é raro uma discussão política com objetivos diferentes deste, mas devemos nos atentar para essa limitação ao interpretar os resultados dessas análises.

²⁵ Mesmo utilizando modelos de regressão como o *relogit*, o qual utilizamos para outras variáveis, pois este modelo foi desenvolvido para dar conta de eventos raros como variável dependente, não parece haver um número de observações que proporcione uma análise satisfatória dos fatores determinantes deste tipo de participação mais violenta e ilegal. Isso provavelmente se deve não apenas ao fato de que esse tipo de ação é menos comum (por envolver custos e riscos maiores do que outros tipos de ação), mas também porque o “social desirability bias” na hora de responder às pesquisas atua na direção inversa à de outras formas de participação (se os indivíduos podem tender a reportar que foram votar quando não foram, por exemplo, é mais provável que eles tendam a omitir ações ilegais e violentas do que o contrário).

Uma razão adicional para estudar mais detalhadamente essas formas menos institucionalizadas de participação em países com desigualdades sociais históricas encontra-se em Marien, Hooghe e Quintelier (2010): ações como boicotes, petições ou mesmo protestos podem trazer novas formas de clivagem socioeconômica na participação. Além disso, como já mencionado, novas formas de governança, não diretamente ligadas ao governo, ganharam importância nas últimas décadas, e essas formas de participação menos institucionalizadas têm relações importantes com essas novas formas de governança.

Nesta análise, também foi incluída a participação em Conselhos e Orçamento Participativo (OP), por serem formas de participação com um sentido especial, já que são oportunidades criadas pelo próprio Estado, além de permitirem a influência direta dos cidadãos nas decisões governamentais. Além disso, a importância que a Constituição de 1988 deu a esses mecanismos de participação direta, seguida de uma aparente decepção com a capacidade desses mecanismos em atingir as expectativas de democratização sobre eles depositadas²⁶, tornam importante analisar os determinantes deste tipo de participação no contexto da democracia brasileira²⁷.

A participação eleitoral, por sua vez, não pode ser deixada de lado se pretendemos ter uma visão abrangente da participação política. Além do mais, é interessante verificar como as variáveis independentes que utilizamos para analisar outras formas de participação se comportam em relação ao ato de votar, já que este ato é diferente dos outros em vários aspectos, especialmente no aspecto da obrigatoriedade que vigora no Brasil.

Para completar uma comparação entre formas menos institucionalizadas de participação e formas mais ligadas aos mecanismos tradicionais de representação política, foram incluídas análises sobre a participação em atividades de partidos políticos²⁸. Esta forma de ação política

²⁶ Ver, a esse respeito, Lavallo (2011) e Romão (2011), o qual descreve como a participação em Conselhos acontece nas “franjas” das instituições políticas tradicionais, reproduzindo as clivagens sociais nelas existentes.

²⁷ Cabe lembrar, no entanto, que, infelizmente, só havia disponibilidade de dados sobre esse tipo de participação no Banco de dados do NUPPS. Sendo assim, não temos informações sobre a participação em Conselhos e OP na década de 1990 e a análise estatística abaixo apresentada só inclui este tipo de participação em *um* modelo de regressão.

²⁸ De maneira semelhante à participação em Conselhos e OP, existem poucos dados disponíveis sobre participação eleitoral e participação em atividades partidárias nos bancos de dados aqui utilizados: além da pesquisa do NUPPS, só há uma pesquisa do WVS que inclui esses tipos de participação (1991 para trabalho em partidos e 2006 para participação eleitoral).

também ganha importância especial no contexto brasileiro, em que parece haver um certo “descolamento” entre instituições representativas e a população (algo que ficou claro nas ondas de protestos de 2013, mas já era apontado por pesquisas de opinião há muito tempo).

Como já mencionado, a proposta neste trabalho é de analisar as formas de participação separadamente, dados os custos e incentivos diferenciados para cada uma delas, diferentemente de outras propostas comuns na literatura, que estudam índices agregados de participação²⁹.

4. Análise Estatística

Encontrar variáveis explicativas satisfatórias para a participação política não é tarefa fácil. Nas análises que se seguem, são apresentados modelos recheados de variáveis que pretendem dar conta dos fatores motivacionais, materiais e das oportunidades de participação que chegam ao indivíduo. No entanto, conforme Achen (2002) sugere de maneira enfática, precisamos ter parcimônia ao fazer análises estatísticas com regressões. Por isso, apesar de apresentarmos tabelas com inúmeras variáveis independentes, fazemos uma análise do poder preditivo dos modelos apresentados em comparação com modelos mais enxutos posteriormente sugeridos.

As regressões apresentadas nas TABELAS 1, 2 e 3 são para a participação não-convencional. Cada uma delas possui 4 modelos diferentes (todos eles com todas as variáveis explicativas disponíveis em cada um desses anos): o primeiro é para a participação recente em

²⁹ Hero e Campbell (1996) são uma exceção a essa tendência, e estudam separadamente formas de participação como petições, mas tratam de recortes muito específicos (participação de hispânicos nos EUA). Na literatura brasileira, Martins e Dantas (2004) fazem uma proposta teórica de um índice de participação. Ainda que esses índices possam ter a vantagem de permitir uma análise sobre os determinantes da participação de maneira agregada, existem várias limitações para esses índices. Conforme já mencionado, Dalton (2006) expõe de maneira didática os diferentes custos e benefícios de cada tipo de ação política. Portanto, espera-se que cada variável independente tenha um impacto diferenciado sobre cada forma de participação (algo que já é difícil de medir precisamente devido a todas as complexidades nessas relações causais e outros problemas já mencionados aqui – portanto, misturar essas variáveis dependentes e tratá-las como uma coisa só parece apenas dificultar ainda mais uma análise precisa). No entanto, o próprio Dalton utiliza esses índices agregados, assim como Bäck e Christensen (2013). Além dessa questão substantiva, alguns desses índices podem ser questionados do ponto de vista metodológico também: Booth e Seligson (2009), por exemplo, fazem um índice altamente questionável do ponto-de-vista metodológico, criando variáveis “contínuas” a partir da soma de 3 ou 4 variáveis binárias referentes a 3 tipos de participação, por exemplo: em alguns casos, os valores podem ser apenas 0, 25, 50 ou 100, por exemplo, o que traz uma distribuição com pouquíssimas variações, além de ser altamente questionável se a distância real entre esses valores (construídos artificialmente) é verdadeiramente equivalente para podermos considerar isso como uma variável contínua.

atividades políticas em 2006. Os três modelos seguintes são para a participação em toda a vida do indivíduo, em 2006, 1997 e 1991, respectivamente.

Depois disso, apresentamos uma tabela com as análises realizadas com a pesquisa do NUPPS (2006), incluindo os 7 modelos rodados (participação em petições, protestos, boicotes, participação eleitoral, atividades partidárias, participação em Conselhos e OP, discussões políticas)

Depois disso, há duas tabelas (do WVS) as quais repetem diversos modelos das tabelas anteriores: a primeira (TABELA 5) é de participação recente, em 2006, incluindo os três tipos de participação não-convencional já apresentados e também o *voto nas últimas eleições*. Logo em seguida, a TABELA 6 apresenta a *participação em toda vida* em 1991, incluindo, da mesma forma, as 3 regressões já apresentadas sobre participação não-convencional somadas a regressões com *participação partidária* e *participação em discussões políticas*.³⁰ A razão dessa repetição é que dessa maneira fica mais fácil de visualizar as regressões de vários tipos de participação em perspectiva comparada.

As TABELAS 7 e 8 são de menor importância, constituindo apenas uma comparação de regressões logísticas com outras alternativas possíveis: *relogit* (em casos de distribuição muito desigual da variável dependente, com $y=1$ muito raro), além do *scobit* e o *Linear Probability Model (LPM)*, outras alternativas possíveis para variáveis dependentes binárias. Esses modelos foram testados apenas para verificar a consistência dos resultados encontrados (e para sugerir, possivelmente, a utilização de modelos como o LPM, que pode ser mais inadequado do que o *logit* mas é mais fácil de interpretar).

Podemos ver em todas essas tabelas que a educação e o interesse por política são variáveis explicativas muito importantes, algo que não traz nenhuma novidade ou surpresa. No entanto, surgem alguns fatos interessantes no que se refere a essas duas variáveis: primeiramente, a educação *não* é estatisticamente significativa para *atividades partidárias* e *participação em Conselhos/OP*. No modelo do NUPPS, além de não ser significativa, essa variável apresenta coeficientes negativos para ambas as formas de participação. A educação também não parece ter

³⁰ A Tabela de 1991 também tem uma variável independente muito importante e que infelizmente não consta nas pesquisas do WVS de outros anos para o Brasil: a participação em associações.

efeito sobre boicotes, sendo significativo apenas no modelo do WVS de 1991 (e apresentando um p-value não tão alto para a participação em toda a vida em 2006 – ver TABELA 3).

O efeito de *interesse por política*, por sua vez, aparece com significância estatística elevada e coeficientes também razoavelmente elevados (e na direção esperada) em *todos os modelos*, para todas as formas de participação, com exceção da *participação eleitoral*. Apesar de ser um fato interessante, não é surpreendente: a instituição do voto obrigatório torna desnecessário que um indivíduo tenha algum interesse real na política para que ele se dê ao trabalho de ir às urnas.

A relação entre *tamanho da cidade* e os diversos tipos de participação aqui estudados também tem alguns fatos curiosos: ela aparece como positiva e estatisticamente significativa no que se refere à participação em petições e boicotes em *quase todos* modelos (com exceção do World Values Survey de 1997). No entanto, para a *participação em atividades partidárias* (WVS 1991) ela aparece com coeficiente *negativo* e também estatisticamente significativa. Talvez isso se deva ao fato de que em cidades pequenas as pessoas ficam mais próximas dos políticos locais, aumentando a probabilidade de participarem de atividades dos partidos. Ainda assim, é um fato curioso. No entanto, na regressão do NUPPS (a única onde esta forma de participação está disponível além do WVS 1991), a relação é *positiva* e insignificante estatisticamente.

As duas variáveis relacionadas ao capital social no modelo do NUPPS confirmam a afirmação de Bäck e Christensen (2013) de que as *relações sociais* podem ser mais importantes do que *confiança interpessoal* para explicar a participação política. A *participação em associações* apresentou relação positiva e estatisticamente significativa para quase todas as formas de participação (com exceção do voto e participação partidária), enquanto a *confiança interpessoal*, presente em *todos modelos*, só se mostrou estatisticamente significativa para discussão, petições em um dos modelos do WVS e também para o voto (o coeficiente está invertido devido à maneira como o WVS fez a codificação, mas a relação é igualmente positiva).

O *sexo* do entrevistado não parece ter relação qualquer com a participação na maior parte dos casos. O sexo feminino apresentou relação estatisticamente significativa a níveis convencionais apenas para *petições* e para *participação em partidos* (WVS 1991) e para *discussões políticas* (NUPPS 2006), apresentando coeficiente *negativo*. O fato de que duas

dessas relações estatisticamente significantes sejam do ano de 1991 pode significar que talvez a clivagem política de gênero esteja diminuindo à medida que a democracia brasileira se consolida, mas essas evidências não são o bastante para afirmar isso.

A *confiança no Legislativo*, por sua vez, não apresentou relações estatisticamente significantes na grande maioria dos modelos (exceto casos isolados para *petições*, *boicotes*, e *voto*- os dois primeiros com coeficientes *negativos* e o último com coeficiente *positivo*, mas a relação com *petições* apresentou-se *positiva* no modelo do NUPPS – esses dois coeficientes em direções opostas sugerem que a significância estatística da relação entre *petição* e *confiança no Legislativo* nesses dois modelos pode ser obra do acaso).

Parece importante destacar também a variável relacionada à *sensação de eficácia política interna* (TABELA 4): cidadãos que acreditam compreender a política participam mais do que aqueles que não se sentem seguros para isso. A *sensação de eficácia externa*, por sua vez, não apresentou relações significantes com nenhuma forma de participação.

A *renda* também não apresenta coeficientes estatisticamente significantes na maior parte dos casos, inclusive quando se trata de *boicotes* (atividade que, segundo alguns autores, como já mencionado, pode depender de um maior poder aquisitivo).

O GRÁFICO 6 apresenta uma curva “loess” para verificar se existe alguma possível tendência (não necessariamente linear) entre *renda* e *boicotes*. Parece haver um leve aumento da probabilidade de participação em boicotes de acordo com o aumento de renda, aumento este que cessa quando se atingem níveis maiores de renda (os quais, provavelmente, têm poucas observações, ficando sujeitos a maiores variações e com intervalos de confiança maiores). A correlação entre *renda* e *participação em petições* (GRÁFICO 7) segue uma tendência também moderada, mas sugerindo uma curva em U. No entanto, recomenda-se cautela sobre esses gráficos, pois algumas poucas observações podem causar grandes distorções. Ainda que a variável *renda* tenha apresentando coeficientes estatisticamente significantes em alguns casos isolados (especialmente quanto a *petições*), a relação entre *renda* e *participação* não parece apresentar tendências claras e consistentes³¹.

³¹ Não encontramos relações estatisticamente significantes entre *renda* e *participação* nem mesmo com modelos de regressão para *toda a amostra* do World Values Surveys (com mais de 60 mil observações). Considerando que

GRÁFICO 6 – RENDA E PARTICIPAÇÃO EM BOICOTES (WVS 2006)

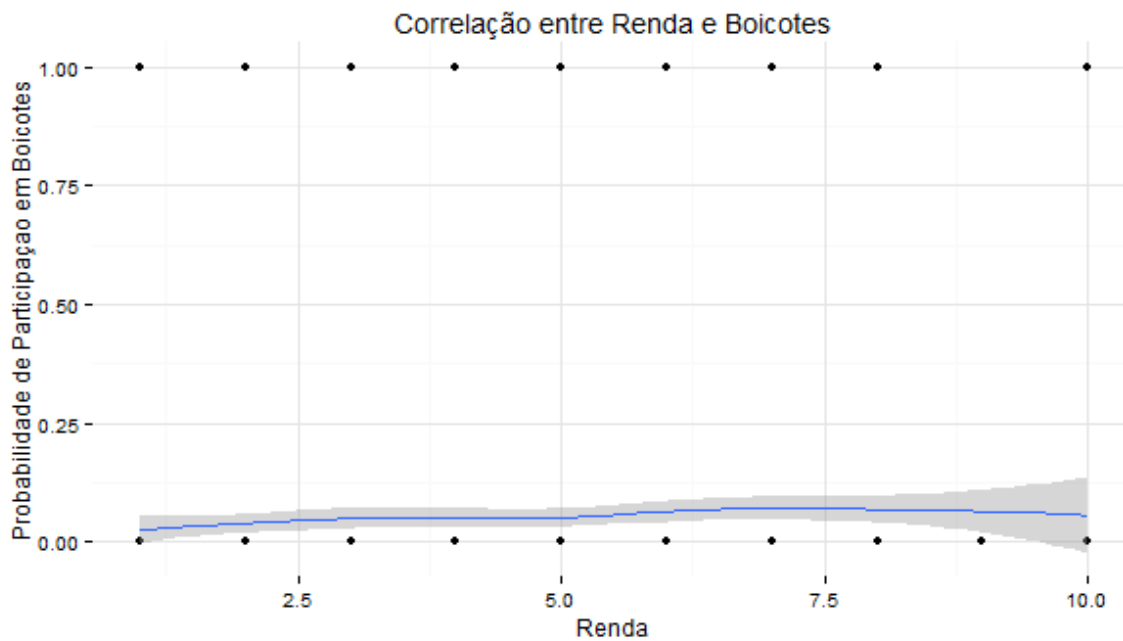
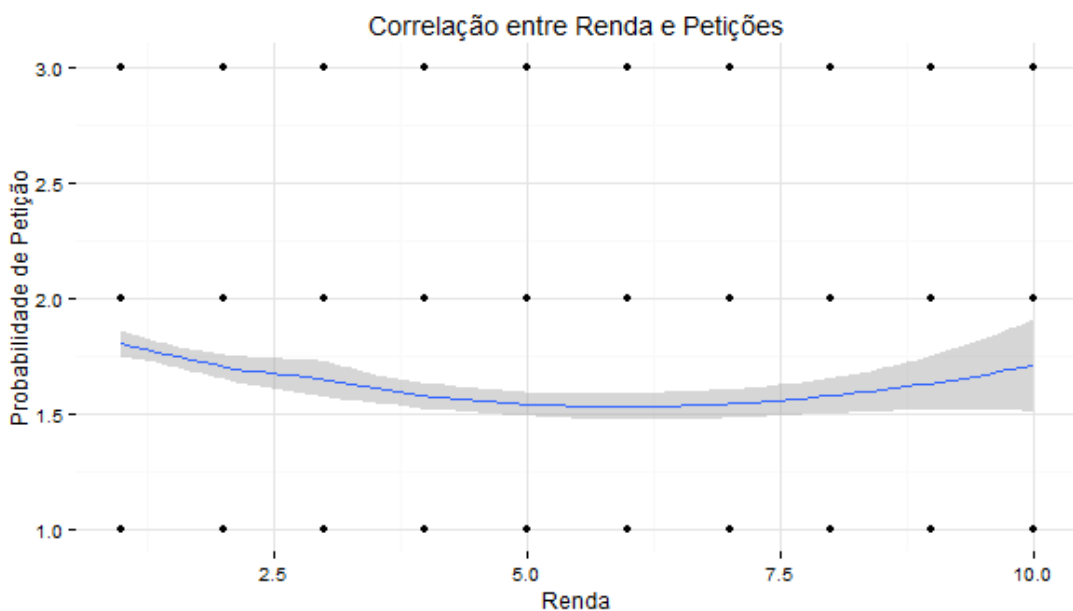


GRÁFICO 7 – RENDA E PARTICIPAÇÃO EM PETIÇÕES (WVS 2006)

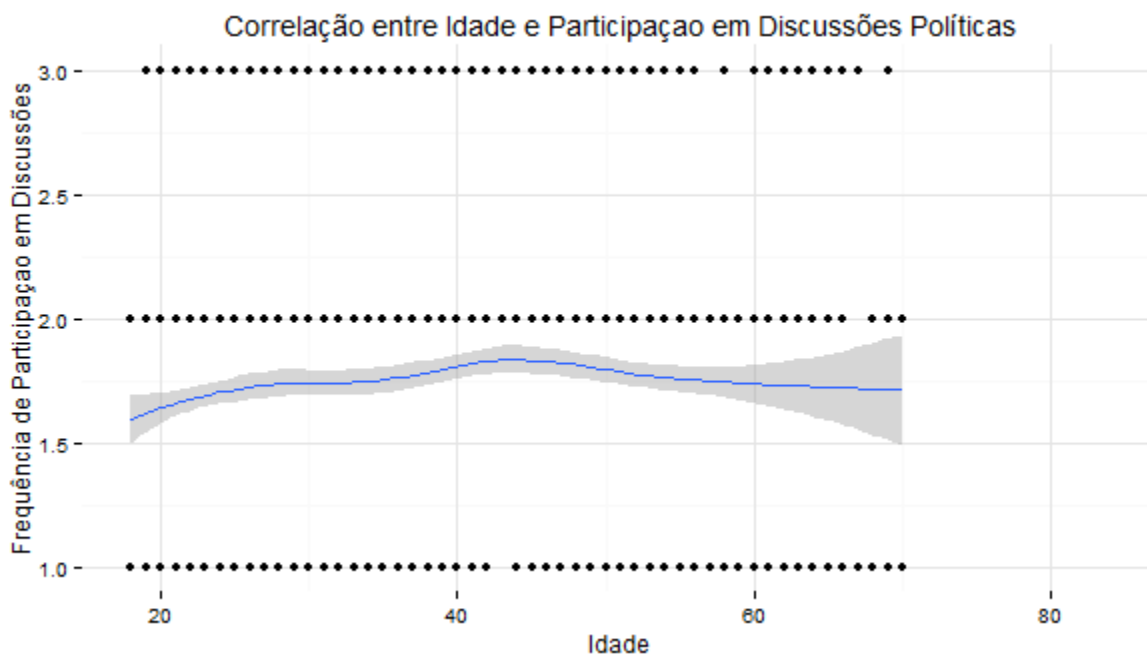


estudos com “large N” tornam muito fácil obter resultados estatisticamente significantes (mesmo quando não há importância *substantiva* dos coeficientes), isso é uma evidência adicional de que, controlando por outros fatores, a renda *não* possui relação com a maioria das formas de participação política.

Outras variáveis, como *ocupação*, *idade* e *ideologia* não apresentaram relações estatisticamente significantes em boa parte dos modelos. A ideologia pós-material parece ajudar a explicar a participação em atividades *não-convencionais*, especialmente o protesto político (relação positiva e estatisticamente significativa, com coeficientes de magnitude considerável, em *todos os modelos* – TABELA 2). A relação com voto e atividades partidárias apresentou tendências inversas, porém nada próximas de uma significância estatística a níveis convencionais (p-values de 0.854 e 0.832, respectivamente).

Curiosamente, a valorização da *democracia* apresenta relação *negativa e significativa*, na pesquisa do NUPPS, com a participação em atividades partidárias (e também para participação eleitoral e nos Conselhos/Orçamento Participativo, mas com p-values altíssimos). Por outro lado, essa variável apresentou relação positiva e significativa com *petições* em quase todos modelos.

A *idade* parece impactar a participação em discussões políticas (TABELA 6). No entanto, há razões diversas para supor que a *idade* não apresente uma relação linear com a participação. O gráfico abaixo demonstra a relação entre *idade* e probabilidade de participar em discussões (de acordo com o modelo rodado a partir do WVS 2006):



De acordo com esse gráfico, a *probabilidade de participar de discussões políticas* atinge um pico por volta dos 45 anos de idade e depois diminui.

A personalidade mais voltada para obediência parece impactar negativamente a participação *não-convencional*, algo que faz sentido do ponto-de-vista lógico. Mas essa relação só foi estatisticamente significativa para a participação em *boicotes* (ver TABELA 5). *Altruísmo*, da maneira como tentamos medi-lo, só foi significativo em uma regressão de *participação em petições*. No entanto, além de estar disponível em poucos modelos (apenas WVS 2006), a variável que utilizamos para medir essa característica, como já mencionado, é uma mera auto-declaração sobre a importância de ajudar os outros para o entrevistado.

Considerando os modelos apresentados e os resultados aqui mencionados, procedemos para algumas informações que permitem-nos interpretar esses resultados em termos substantivos. A seguir, verificamos as probabilidades de participação preditas por alguns modelos (outros modelos com as mesmas variáveis dependentes possuíam valores semelhantes, portanto foi dada preferência para os modelos que possuem as variáveis dependentes e independentes de interesse). Antes disso, porém, fazemos alguns para ver se realmente necessitamos de todas as variáveis incluídas nas regressões abaixo apresentadas.

Poder de Predição dos Modelos (% de casos preditos corretamente)

Modelo	Petição Recente (WVS)	Boicote Recente (WVS)	Protesto Recente (WVS)
Full Model	66.13%	94.36%	89.09%
Nested Model	61.98%	95.11%	89.31%

Na tabela acima, percebe-se que o poder preditivo de modelos com diversas variáveis independentes chegam a prever até com *menos* precisão do que os modelos mais parcimoniosos. No caso de petições ainda existe um pequeno acréscimo, mas considerando que foram excluídas muitas variáveis, a parcimônia ainda parece recomendada (veja TABELA 10 para esses modelos mais parcimoniosos).

Na TABELA 9 podemos ver uma comparação entre diversos parâmetros do Modelo “cheio” com o modelo mais “enxuto” que estamos propondo para a participação em *petições*. Vemos que o BIC para o modelo enxuto é mais negativo, fornecendo uma evidência adicional em favor do uso desse modelo.

Interpretação dos coeficientes

Na tabela abaixo, vemos que a probabilidade de participação (recente) em petições vai de aproximadamente 25%, para alguém com nível educacional baixo e nenhum interesse por política, para 67,17% para alguém com ensino universitário completo e muito interesse.

PROBABILIDADES PREDITAS DE PARTICIPAÇÃO RECENTE EM PETIÇÕES (WVS 2006)

Nível Educacional	Interesse por Política			
	Nenhum	Pouco	Algum	Muito
Até Primário Incompleto	0.2478	0.2937	0.3442	0.3985
Primário Completo	0.2922	0.3426	0.3967	0.4535
Colegial Incompleto	0.3409	0.395	0.4518	0.5098
Colegial Completo	0.3933	0.45	0.508	0.5658
Universitário Incompleto	0.4482	0.5062	0.564	0.6202
Universitário Completo	0.5044	0.5623	0.6185	0.6717

Utilizando as regressões com a pesquisa do NUPPS, aferimos o impacto de algumas das variáveis que apareceram como mais importantes sobre a participação em boicotes.

Probabilidade de Participar de Boicotes por perfil (NUPPS 2006):

1-Morador de Capital, Grau máximo de Interesse por Política (interesse=4), Sensação de Eficácia Política Interna Alta (compreensao=5), Participa de Associações (associacoes= 1)

Probabilidade de Participar: 23,46%

2- Morador do Interior, Nenhum Interesse por política (interesse=1), Sensação de Eficácia Política Interna Mínima (compreensao=1), Não participa de nenhuma associação (associacoes=0)

Probabilidade de Participar: 0,005%

A probabilidade de se engajar em atos de boicote, portanto, diminui consideravelmente de acordo com essas 4 variáveis, chegando a valores desprezíveis.

PROBABILIDADES PREDITAS DE PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS E OP (NUPPS 2006)

Probabilidade de Participação Predita	PERFIL 1	PERFIL 2
Nunca	56.0%	93.9%
Quase Nunca	30.7%	4.9%
Frequentemente	11.4%	1.1%
Muito Frequentemente	1.9%	0.2%

*PERFIL 1: Grau máximo de Interesse por Política (interesse=4), Sensação de Eficácia Política Interna Alta (compreensao=5), Participa de Associações (associacoes= 1)

*PERFIL 2 : Nenhum Interesse por política (interesse=1), Sensação de Eficácia Política Interna Mínima (compreensao=1), Não participa de nenhuma associação (associacoes=0)

Segundo o modelo, uma pessoa que participa de *outras* associações, tem muito interesse por política e sente-se muito capaz de compreender questões políticas tem 44% de chance de ter algum envolvimento com Conselhos ou Orçamento Participativo, enquanto uma pessoa que tem o perfil oposto tem apenas 6,1% de chances.

Participação em partidos: a probabilidade de trabalho em partido, de acordo com a regressão utilizando os dados de 1991 do WVS, passa de 0.0221 para moradores de cidades de 2 a 5 mil habitantes para 0.0024 de probabilidade para cidades com mais de 500 mil habitantes. A correlação entre voto e tamanho das cidades também é negativa. Isso vai contra as evidências da

literatura nacional, que mostram locais mais afastados com maiores taxas de abstenção. Porém, esses locais mais afastados são determinados mais pela região (em especial, a região Norte do país, com muitas urnas de difícil acesso) do que pelo tamanho das cidades. Chama atenção que a participação em discussões também apresentou coeficiente negativo, ainda que esse coeficiente seja pequeno e com um p-value de apenas 0.10^{32} .

Considerações finais

O Este trabalho pretende contribuir para a compreensão sobre a qualidade da democracia brasileira no que se refere à participação política, às desigualdades sociais a ela relacionadas e às relações entre as instituições políticas e o cidadão.

Os resultados das regressões apresentadas acima são consistentes com a literatura de participação, confirmando a correlação entre educação e participação na maior parte dos modelos. O interesse por política também se mostra muito importante para explicar grande parte dos tipos de participação, em todos os modelos estudados. Isso indica que a relação entre essas variáveis e a participação não depende do contexto momentâneo nem do tipo de regressão utilizado.

A falta de uma relação aparente entre *eficácia externa* e participação é algo importante para o debate político brasileiro atual: o fato de se sentir incapaz de influenciar o regime político parece *não* impedir os indivíduos de participarem da política. Somando isso com o fato de que a *confiança nas instituições* também não parece ter efeito *negativo* sobre a participação, de forma geral, podemos concluir que o descolamento entre os cidadãos brasileiros e as instituições é um fenômeno complexo, não apresentando uma relação direta com a participação política.

Boicotes parecem ser difíceis de explicar nos modelos de participação frequentemente utilizados, o que, pelo que podemos ver com os dados, se deve em grande parte ao fato de haverem poucos casos de pessoas que participam desse tipo de atividade. Porém, além dessa questão estatística, parece que ainda se sabe muito pouco sobre os fatores determinantes de boicotes.

³² Ainda sobre a participação em partidos, nota-se que o percentual da amostra que declarou realizar esse tipo de atividade foi de 2,48% (WVS - 1991); e 1,60% (NUPPS - 2006), apontando para uma diminuição da participação em partidos. Mas como a diferença é pequena, situando-se dentro das margens de erro, essa evidência não é significativa.

Quanto à participação em Conselhos e OP, as clivagens socioeconômicas como renda e educação não apareceram no modelo testado. Ainda que esses resultados contrariem a literatura nacional sobre o tema, são insuficientes para afirmar que essa literatura está equivocada, dado o fato de que ela apresenta evidências fortes.

O impacto das diferenças de gênero na participação, como exposto acima, parece não existir ou estar desaparecendo, para as formas de participação estudadas aqui. Curiosamente, o tamanho das *idades* talvez impacte mais a participação em *boicotes* e *petições* do que em atividades presenciais como os *protestos*, algo contraintuitivo e que sugere uma relação com fatores outros que não a *estrutura de oportunidades de participação presencial* existentes no ambiente em que o indivíduo mora: possivelmente, moradores de cidades maiores fazem contato com mais pessoas, e com pessoas de cultura mais voltada para essas formas de participação.

Quanto às clivagens socioeconômicas relacionadas a renda e educação, pensando nos resultados dos modelos apresentados, nas diversas análises empíricas realizadas sobre participação política, e no contexto brasileiro *atual*, parece que a *desigualdade educacional* oferece um obstáculo muito maior à participação política do que a desigualdade de renda. Além disso, a *sensação de eficácia política interna*, medida pela auto-percepção sobre a capacidade de compreender as questões políticas, mostrou-se importante para explicar a participação, sendo uma evidência adicional de que a formação dos indivíduos e o grau de *informação* determinam em grande parte a participação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHEN, Christopher H. Toward a new political methodology: Microfoundations and ART. **Annual Review of Political Science**, v. 5, n. 1, p. 423-450, 2002.

ALTMAN, David; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Assessing the quality of democracy: Freedom, competitiveness and participation in eighteen Latin American countries. **Democratization**, v. 9, n. 2, p. 85-100, 2002.

BÄCK, Maria; CHRISTENSEN, Henrik S. Social trust and Political Participation—A multilevel analysis of 25 European democracies. *To be released*.

BARNES, Samuel Henry; KAASE, Max; ALLERBECK, Klaus R. **Political action: Mass participation in five western democracies**. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1979.

BOOTH, John A.; SELIGSON, Mitchell A. Legitimacy and political participation in eight Latin American nations. In: **Midwest Political Science Meeting, Chicago, IL**. 2009.

BORGE, Rosa; CARDENAL, Ana S. Surfing the net: A pathway to participation for the politically uninterested?. **Policy & Internet**, v. 3, n. 1, p. 1-29, 2011.

BRADY, Henry E.; VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman. Beyond SES: A resource model of political participation. **American Political Science Review**, p. 271-294, 1995.

DAY, Neil. **Political participation and democracy in Britain**. Cambridge University Press, 1992.

DIAMOND, Larry Jay; MORLINO, Leonardo (Ed.). **Assessing the quality of democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.

FOWLER, James H. et al. Genes, Games, and Political Participation. 2011.

FREY, R. Scott; AL-ROUMI, Ali. Political democracy and the physical quality of life: the cross-national evidence. **Social Indicators Research**, v. 47, n. 1, p. 73-97, 1999.

GIUGNI, M.; LORENZINI, J. Employment Situation. In: **Social Capital, and Political Participation: A Survey of Unemployed and Precarious Youth in Geneva, paper presented**

at the seminar on “Economic/Social Exclusion and Collective Action: Asia and Europe Compared”, Limerick. 2010. p. 16-17.

HAGOPIAN, Frances. Brazil and Chile. **Assessing the Quality of Democracy in Latin America**, p. 123-62, 2005.

HALE, Thomas; HELD, David (Ed.). **The Handbook of Transnational Governance: Institutions and Innovations**. Polity, 2011.

HERO, Rodney E.; CAMPBELL, Anne G. Understanding Latino political participation: exploring the evidence from the Latino national political survey. **Hispanic Journal of Behavioral Sciences**, v. 18, n. 2, p. 129-141, 1996.

HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind. Good girls go to the polling booth, bad boys go everywhere: Gender differences in anticipated political participation among American fourteen-year-olds. **Women & Politics**, v. 26, n. 3-4, p. 1-23, 2004.

INGLEHART, Ronald; CATTERBERG, Gabriela. Trends in political action: The developmental trend and the post-honeymoon decline. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 43, n. 3-5, p. 300-316, 2002.

INMAN, Kris; ANDREWS, Josephine. Corruption and Political Participation in Africa: Evidence from Survey and Experimental Research. 2009.

JENNINGS, M. Kent. Another look at the life cycle and political participation. **American Journal of Political Science**, p. 755-771, 1979.

KAASE, Max. Interpersonal trust, political trust and non-institutionalised political participation in Western Europe. **West European Politics**, v. 22, n. 3, p. 1-21, 1999.

KING, Gary; ZENG, Langche. Logistic regression in rare events data. **Political analysis**, v. 9, n. 2, p. 137-163, 2001.

LAVALLE, Adrian Gurza. Após a participação: nota introdutória. **Lua Nova, São Paulo**, v. 84, p. 13-23, 2011.

MARIEN, Sofie; HOOGHE, Marc; QUINTELIER, Ellen. Inequalities in Non-institutionalised Forms of Political Participation: A Multi-level Analysis of 25 countries. **Political Studies**, v. 58, n. 1, p. 187-213, 2010.

MARTINS JÚNIOR, José Paulo; DANTAS, Humberto. O índice de participação e a importância da educação. **Opinião Pública**, v. 10, n. 2, p. 268-287, 2004.

MOISES, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opin. Publica**, Campinas, v. 11, n. 1, Mar. 2005. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-2762005000100002&lng=en&nrm=iso access on 01 Nov. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762005000100002>.

PAVEZ, THAIS REGINA. Ação pública e transformação de vínculos sociais em uma comunidade segregada. São Paulo, CEBRAP, presented in the section: “Redes, organizações civis e ação pública”, 2006.

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella Y. **Making democracy work: Civic traditions in modern Italy**. Princeton university press, 1994.

ROMÃO, Wagner D. M. Conselheiros do Orçamento Participativo nas franjas da sociedade política. **Lua Nova**, v. 84, p. 353-364, 2011.

RUBENSON, Daniel. Can Social Capital Account for Differences in Political Participation Across American Cities. In: **APSA Annual Meeting, Washington DC**. 2005.

SCHLEGEL, Rogério. **Educação e comportamento político: os retornos políticos decrescentes da escolarização brasileira recente**. 2011. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde.../2010_RogérioSchlegel.pdf. Acesso em: 15.

STOLLE, Dietlind; HOOGHE, Marc; MICHELETTI, Michele. Politics in the supermarket: Political consumerism as a form of political participation. **International political science review**, v. 26, n. 3, p. 245-269, 2005.

STUTZER, Alois; FREY, Bruno S. Political participation and procedural utility: An empirical study. **European Journal of Political Research**, v. 45, n. 3, p. 391-418, 2006.

TEORELL, Jan. Political participation and three theories of democracy: A research inventory and agenda. **European Journal of Political Research**, v. 45, n. 5, p. 787-810, 2006.

THOMAS, Clive S. (Ed.). **Political parties and interest groups: Shaping democratic governance**. Lynne Rienner Publishers, 2001.

WINTERS, Matthew. Explaining Variation in the Structural Correlates of Protest Participation. 2009.

ZUKIN, Cliff et al. A new engagement? Political participation, civic life, and the changing American citizen. **New York, NY**, 2006.

TABELA 1 – PARTICIPAÇÃO EM PETIÇÕES - WVS

	(2006 - Recente)	(2006 – Vida Toda)	(1997- Vida Toda)	(1991- Vida Toda)
Main				
Idade	-0.0138** (0.002)	-0.00589 (0.181)	-0.00447 (0.441)	-0.000116 (0.982)
Sexo (feminino)	-0.123 (0.364)	-0.154 (0.267)	-0.00354 (0.981)	-0.283* (0.020)
Cidade	0.123** (0.004)	0.234*** (0.000)	-0.0372 (0.199)	0.155*** (0.000)
Ocupação	0.203 (0.129)	0.251 (0.064)	0.0918 (0.554)	0.312* (0.014)
Renda	-0.00775 (0.808)	-0.0761* (0.019)	0.0535 (0.177)	0.112** (0.001)
Educação	0.133*** (0.000)	0.164*** (0.000)	0.193*** (0.000)	0.0876* (0.016)
Internet	0.283 (0.099)	0.369* (0.046)		
Interesse	0.245*** (0.000)	0.255*** (0.000)	0.443*** (0.000)	0.320*** (0.000)
Confiança Legislativo	-0.0667 (0.397)	-0.153 (0.057)	-0.400*** (0.000)	-0.114 (0.084)
Confiança Pessoal	0.237 (0.276)	-0.0821 (0.717)	0.227 (0.589)	-0.220 (0.354)
ideologia	-0.0333 (0.220)	-0.0213 (0.443)	-0.0221 (0.396)	-0.0189 (0.394)
posmaterial1	0.0349 (0.558)	0.112 (0.065)	0.241*** (0.000)	0.121* (0.025)
democracia	0.0724* (0.022)	0.0977** (0.002)	0.0413 (0.607)	
altruismo	0.0927 (0.232)	0.190* (0.015)		
aventura	0.00973 (0.830)	-0.00150 (0.974)		
obediencia	-0.0809 (0.122)	-0.0439 (0.422)		
<i>N</i>	1172	1175	917	1342

p-values in parentheses

* *p* < 0.05, ** *p* < 0.01, *** *p* < 0.001

TABELA 2 – PARTICIPAÇÃO EM PROTESTOS - WVS

	(2006 - Recente)	(2006 – Vida Toda)	(1997- Vida Toda)	(1991- Vida Toda)
main idade	-0.00787 (0.259)	0.00581 (0.304)	0.00884 (0.186)	-0.00954 (0.143)
Sexo(feminino)	-0.0797 (0.705)	0.109 (0.533)	0.144 (0.396)	0.219 (0.150)
Cidade	-0.0386 (0.571)	0.0285 (0.616)	0.0956** (0.003)	0.0220 (0.595)
Emprego	-0.273 (0.193)	0.0179 (0.918)	0.248 (0.159)	0.143 (0.378)
Renda	-0.0154 (0.764)	-0.0331 (0.437)	0.0500 (0.233)	0.0315 (0.408)
Education	0.106* (0.036)	0.152*** (0.000)	0.137** (0.002)	0.132** (0.001)
Internet	0.468 (0.063)	0.475* (0.022)		
Interesse	0.470*** (0.000)	0.390*** (0.000)	0.448*** (0.000)	0.648*** (0.000)
Confiança Legislativo	0.0291 (0.809)	-0.0914 (0.364)	-0.0295 (0.743)	0.0151 (0.860)
Confiança Pessoal	0.472 (0.099)	0.482 (0.055)	1.433*** (0.001)	-0.363 (0.252)
Ideologia	0.0473 (0.251)	-0.0135 (0.697)	-0.117*** (0.000)	-0.111*** (0.000)
posmaterial1	0.384*** (0.000)	0.294*** (0.000)	0.255*** (0.001)	0.170** (0.010)
Democracia	0.0866 (0.145)	0.110* (0.021)	0.169 (0.084)	
Altruism	0.0700 (0.581)	0.0741 (0.477)		
aventura	0.0950 (0.160)	0.0631 (0.275)		
obediencia	-0.0701 (0.375)	-0.0431 (0.515)		
<i>N</i>	1173	1173	919	1341

p-values in parentheses

* *p* < 0.05, ** *p* < 0.01, *** *p* < 0.001

TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO EM BOICOTES - WVS

	(2006 - Recente)	(2006 – Vida Toda)	(1997- Vida Toda)	(1991- Vida Toda)
idade	0.00448 (0.655)	0.00935 (0.252)	0.0187 (0.115)	0.00250 (0.762)
Sexo (feminino)	-0.485 (0.094)	-0.272 (0.252)	0.0378 (0.902)	-0.0216 (0.912)
cidade	0.172 (0.119)	0.324*** (0.001)	0.0119 (0.838)	0.114* (0.047)
emprego	0.437 (0.148)	0.478 (0.053)	0.304 (0.353)	-0.0217 (0.917)
renda	0.0296 (0.680)	-0.0199 (0.738)	0.0749 (0.264)	0.0389 (0.394)
education	0.0347 (0.614)	0.103 (0.067)	0.0949 (0.247)	0.174*** (0.000)
internet	0.558 (0.108)	0.350 (0.221)		
interesse	0.351* (0.022)	0.255* (0.038)	0.519** (0.001)	0.508*** (0.000)
Confiança (Legislativo)	0.166 (0.319)	-0.0338 (0.810)	-0.0647 (0.698)	-0.305* (0.012)
Confiança Interpessoal	0.292 (0.458)	0.120 (0.728)	0.692 (0.249)	-0.646 (0.134)
ideologia	-0.0292 (0.607)	-0.0681 (0.155)	-0.153** (0.007)	-0.0610 (0.110)
posmaterial1	0.0853 (0.500)	0.128 (0.227)	0.162 (0.228)	0.238** (0.005)
democracia	0.0685 (0.386)	0.0872 (0.184)	0.171 (0.369)	
altruismo	0.144 (0.426)	0.173 (0.254)		
aventura	0.157 (0.084)	0.167* (0.029)		
obediencia	-0.360*** (0.000)	-0.269** (0.001)		
<i>N</i>	1153	1153	900	1315

p-values in parentheses
* *p* < 0.05, ** *p* < 0.01, *** *p* < 0.001

TABELA 4 – REGRESSÕES PRINCIPAIS – NUPPS -2006

	(logit) petition	(logit) protest	(logit) boicote	(logit) turnout	(ologit) partido	(ologit) cons_op	(ologit) discussao
Main							
Rendap	0.00127 (0.977)	-0.00495 (0.949)	0.0135 (0.906)	-0.0461 (0.706)	0.0261 (0.667)	0.0920 (0.121)	-0.00605 (0.881)
Sexo (feminino)	0.174 (0.109)	-0.0967 (0.641)	-0.337 (0.293)	0.385 (0.212)	-0.271 (0.077)	-0.0239 (0.876)	-0.275** (0.007)
Idade	-0.00108 (0.785)	0.00395 (0.636)	0.00720 (0.550)	0.0171 (0.119)	-0.0005 (0.929)	0.00047 (0.932)	-0.00228 (0.540)
Cidade	0.197*** (0.001)	0.105 (0.343)	0.406* (0.014)	0.0196 (0.910)	0.00305 (0.972)	0.0111 (0.896)	0.0158 (0.779)
Ocupação	0.236 (0.070)	0.163 (0.539)	0.407 (0.322)	0.866* (0.014)	0.0819 (0.659)	-0.0939 (0.611)	0.131 (0.283)
educação	0.145*** (0.000)	0.350*** (0.000)	0.0885 (0.291)	0.108 (0.168)	-0.0529 (0.186)	-0.0166 (0.677)	0.0996*** (0.000)
Confiança Legis.	0.174* (0.012)	0.111 (0.414)	0.0791 (0.697)	0.0928 (0.612)	-0.0992 (0.299)	0.0581 (0.551)	0.0526 (0.414)
Confiança. Interpers.	0.0287 (0.676)	-0.0948 (0.475)	0.126 (0.512)	-0.364* (0.043)	0.0268 (0.779)	0.154 (0.104)	0.141* (0.028)
Interesse	0.231*** (0.000)	0.485*** (0.000)	0.378* (0.027)	0.181 (0.320)	0.267** (0.002)	0.356*** (0.000)	0.864*** (0.000)
Influencia	0.00549 (0.878)	-0.00638 (0.921)	-0.0271 (0.783)	-0.0695 (0.478)	0.0441 (0.373)	-0.0249 (0.619)	-0.0228 (0.496)
Compr.	0.137** (0.003)	0.0713 (0.349)	0.258* (0.016)	-0.0511 (0.687)	0.150* (0.011)	0.197*** (0.001)	0.125** (0.003)
Democ.	0.113* (0.036)	0.197 (0.110)	0.0888 (0.608)	-0.0502 (0.757)	-0.148* (0.034)	-0.0754 (0.300)	0.0599 (0.242)
Assoc.	0.378*** (0.000)	1.131*** (0.000)	1.132*** (0.000)	0.115 (0.692)	0.0707 (0.624)	0.579*** (0.000)	0.381*** (0.000)
_cons	-1.694** (0.001)	-4.410*** (0.000)	-4.065** (0.009)	2.786 (0.060)			
cut1_cons					0.108 (0.882)	1.589* (0.031)	-1.487** (0.003)
cut2_cons					2.062** (0.005)	3.227*** (0.000)	0.0710 (0.886)
cut3_cons					4.369*** (0.000)	5.315*** (0.000)	2.383*** (0.000)
<i>N</i>	1839	1840	1837	1657	1847	1845	1847

p-values in parentheses
* *p* < 0.05, ** *p* < 0.01, *** *p* < 0.001

TABELA 5 – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA RECENTE (WVS – 2006)

	boicote_recente	peticaorecente	protesto_recente	voto
Main				
Idade	0.00448 (0.655)	-0.0138** (0.002)	-0.00787 (0.259)	-0.000235 (0.969)
Sexo (feminino)	-0.485 (0.094)	-0.123 (0.364)	-0.0797 (0.705)	-0.0610 (0.758)
Cidade	0.172 (0.119)	0.123** (0.004)	-0.0386 (0.571)	-0.229*** (0.001)
Ocupação	0.437 (0.148)	0.203 (0.129)	-0.273 (0.193)	0.324 (0.096)
Renda	0.0296 (0.680)	-0.00775 (0.808)	-0.0154 (0.764)	-0.0566 (0.213)
Educação	0.0347 (0.614)	0.133*** (0.000)	0.106* (0.036)	0.143** (0.009)
Internet	0.558 (0.108)	0.283 (0.099)	0.468 (0.063)	-0.162 (0.534)
Interesse	0.351* (0.022)	0.245*** (0.000)	0.470*** (0.000)	0.144 (0.154)
Confiança (Legislativo)	0.166 (0.319)	-0.0667 (0.397)	0.0291 (0.809)	0.251* (0.036)
Confiança Interpessoal	0.292 (0.458)	0.237 (0.276)	0.472 (0.099)	-0.438 (0.136)
Ideologia (Direita)	-0.0292 (0.607)	-0.0333 (0.220)	0.0473 (0.251)	0.0569 (0.157)
Ideologia (Pòs-material)	0.0853 (0.500)	0.0349 (0.558)	0.384*** (0.000)	-0.0161 (0.854)
Democracia	0.0685 (0.386)	0.0724* (0.022)	0.0866 (0.145)	0.0114 (0.789)
Altruismo	0.144 (0.426)	0.0927 (0.232)	0.0700 (0.581)	-0.0122 (0.913)
aventura	0.157 (0.084)	0.00973 (0.830)	0.0950 (0.160)	0.0509 (0.449)
obediencia	-0.360*** (0.000)	-0.0809 (0.122)	-0.0701 (0.375)	-0.0133 (0.862)
<i>N</i>	1153	1172	1173	1171

p-values in parentheses * *p* < 0.05, ** *p* < 0.01, *** *p* < 0.001

TABELA 6 – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM TODA VIDA (WVS 1991)

	(logit) Petição	(logit) Protesto	(logit) Boicote	(logit) Partidos	(ologit) Discussão
Main					
Idade	-0.000848 (0.866)	-0.0116 (0.077)	0.000876 (0.916)	0.00189 (0.905)	0.0233 ^{***} (0.000)
Sexo (feminino)	-0.279 [*] (0.023)	0.229 (0.136)	-0.0157 (0.936)	-0.909 [*] (0.033)	-0.173 (0.134)
Cidade	0.162 ^{***} (0.000)	0.0388 (0.353)	0.126 [*] (0.028)	-0.433 ^{***} (0.000)	-0.0491 (0.112)
Ocupação	0.299 [*] (0.019)	0.0954 (0.560)	-0.0593 (0.777)	0.344 (0.443)	0.306 [*] (0.012)
Renda objetiva	0.109 ^{**} (0.002)	0.0227 (0.557)	0.0327 (0.477)	0.0589 (0.506)	0.0541 (0.085)
Educação	0.0823 [*] (0.025)	0.118 ^{**} (0.004)	0.161 ^{**} (0.001)	0.0100 (0.916)	0.123 ^{***} (0.000)
Interesse por Política	0.311 ^{***} (0.000)	0.620 ^{***} (0.000)	0.480 ^{***} (0.000)	1.850 ^{***} (0.000)	1.033 ^{***} (0.000)
Confiança no Legislativo	-0.119 (0.072)	-0.00466 (0.957)	-0.322 ^{**} (0.009)	0.185 (0.342)	-0.124 (0.050)
Confiança Pessoal	-0.237 (0.317)	-0.373 (0.239)	-0.637 (0.140)	0.0867 (0.901)	-0.197 (0.386)
Ideologia (direita)	-0.0191 (0.391)	-0.110 ^{***} (0.000)	-0.0598 (0.117)	-0.0993 (0.130)	-0.0104 (0.629)
Ideologia (Pós-material)	0.118 [*] (0.028)	0.156 [*] (0.019)	0.221 ^{**} (0.009)	-0.0337 (0.832)	0.0472 (0.345)
Associações	-0.227 (0.060)	-0.615 ^{***} (0.000)	-0.520 ^{**} (0.007)		-0.0425 (0.708)
_cons	-1.584 ^{***} (0.000)	-3.190 ^{***} (0.000)	-4.258 ^{***} (0.000)	-6.419 ^{***} (0.000)	
cut1 _cons					2.838 ^{***} (0.000)
cut2 _cons					5.051 ^{***} (0.000)
<i>N</i>	1342	1341	1315	1349	1335

p-values in parentheses

* *p* < 0.05, ** *p* < 0.01, *** *p* < 0.001

TABELA 7 – COMPARAÇÃO ENTRE RELOGIT E LOGIT – NUPPS (2006)

	(relogit) protest	(logit) protest	(relogit) boicote	(logit) boicote
main				
Renda	-0.00486 (-0.06)	-0.00495 (-0.06)	0.0133 (0.12)	0.0135 (0.12)
Sexo (feminino)	-0.0944 (-0.45)	-0.0967 (-0.47)	-0.323 (-1.02)	-0.337 (-1.05)
Idade	0.00419 (0.49)	0.00395 (0.47)	0.00767 (0.59)	0.00720 (0.60)
Cidade	0.106 (0.96)	0.105 (0.95)	0.401* (2.51)	0.406* (2.45)
Ocupação	0.151 (0.57)	0.163 (0.61)	0.368 (0.83)	0.407 (0.99)
Educação	0.344*** (5.69)	0.350*** (6.02)	0.0875 (0.96)	0.0885 (1.05)
Confiança (Legislativo)	0.109 (0.78)	0.111 (0.82)	0.0777 (0.39)	0.0791 (0.39)
Confiança Interpessoal	-0.0901 (-0.67)	-0.0948 (-0.71)	0.132 (0.62)	0.126 (0.66)
Interesse	-0.480*** (-4.01)	-0.485*** (-4.23)	-0.378* (-2.04)	-0.378* (-2.21)
Influência	-0.00471 (-0.07)	-0.00638 (-0.10)	-0.0223 (-0.20)	-0.0271 (-0.28)
Compreensão	0.0732 (0.88)	0.0713 (0.94)	0.258* (2.12)	0.258* (2.42)
Democracia	0.183 (1.28)	0.197 (1.60)	0.0620 (0.31)	0.0888 (0.51)
Associações	1.112*** (5.48)	1.131*** (5.53)	1.101*** (3.40)	1.132*** (3.54)
<i>N</i>	1840	1840	1837	1837

t statistics in parentheses

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

TABELA 8 – COMPARAÇÃO DE MODELOS (PETIÇÃO E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL)

	(scobit) petition	(LPM) petition	(logit) petition	(scobit) turnout	(LPM) turnout	(logit) turnout
main						
Renda	-0.000823 (0.983)	0.000589 (0.952)	0.00127 (0.977)	-0.0179 (0.623)	-0.00138 (0.717)	-0.0461 (0.706)
Sexo (feminino)	0.161 (0.112)	0.0385 (0.109)	0.174 (0.109)	0.107 (0.221)	0.0108 (0.263)	0.385 (0.212)
Idade	-0.00116 (0.743)	-0.000170 (0.844)	-0.00108 (0.785)	0.00488 (0.100)	0.000547 (0.125)	0.0171 (0.119)
Cidade	0.174* (0.015)	0.0445*** (0.001)	0.197*** (0.001)	0.0171 (0.744)	0.000313 (0.954)	0.0196 (0.910)
Ocupação	0.211 (0.103)	0.0506 (0.077)	0.236 (0.070)	0.260* (0.012)	0.0291* (0.011)	0.866* (0.014)
Educação	0.130** (0.002)	0.0332*** (0.000)	0.145*** (0.000)	0.0310 (0.177)	0.00351 (0.156)	0.108 (0.168)
Confiança (Legislativo)	0.149 (0.076)	0.0378* (0.013)	0.174* (0.012)	0.0358 (0.514)	0.00268 (0.657)	0.0928 (0.612)
Confiança Interpessoal	0.0226 (0.720)	0.00606 (0.690)	0.0287 (0.676)	-0.116* (0.037)	-0.0124* (0.042)	-0.364* (0.043)
Interesse	-0.207** (0.007)	-0.0518*** (0.000)	-0.231*** (0.000)	-0.0547 (0.300)	-0.00541 (0.333)	-0.181 (0.320)
Influência	0.00511 (0.872)	0.00130 (0.871)	0.00549 (0.878)	-0.0231 (0.429)	-0.00230 (0.475)	-0.0695 (0.478)
Compreensão	0.119* (0.033)	0.0315** (0.002)	0.137** (0.003)	-0.0158 (0.671)	-0.00161 (0.700)	-0.0511 (0.687)
Democracia	0.101 (0.071)	0.0247* (0.035)	0.113* (0.036)	-0.0192 (0.688)	-0.00156 (0.746)	-0.0502 (0.757)
Associações	0.335* (0.010)	0.0855*** (0.000)	0.378*** (0.000)	0.0372 (0.662)	0.00408 (0.655)	0.115 (0.692)
Lalpha_cons	0.570 (0.738)			12.50 (0.983)		
N	1839	1839	1839	1657	1657	1657

p-values in parentheses

* *p* < 0.05, ** *p* < 0.01, *** *p* < 0.001

TABELA 9 – COMPARAÇÃO DE MODELOS – PETIÇÃO RECENTE (WVS 2006)

	Current	Saved	Difference
Model:	logit	logit	
N:	1172	1444	-272
Log-Lik Intercept Only	-800.286	-979.154	178.868
Log-Lik Full Model	-731.559	-917.992	186.433
D	1463.119 (1155)	1835.984 (1437)	372.866 (282)
LR	137.453 (16)	122.323 (6)	15.130 (10)
Prob > LR	0.000	0.000	0.127
McFadden's R2	0.086	0.062	0.023
McFadden's Adj R2	0.065	0.055	0.009
ML (Cox-Snell) R2	0.111	0.081	0.029
Cragg-Uhler(Nagelkerke) R2	0.149	0.109	0.039
McKelvey & Zavoina's R2	0.144	0.105	0.039
Efron's R2	0.114	0.081	0.033
Variance of y*	3.843	3.677	0.166
Variance of error	3.290	3.290	0.000
Count R2	0.661	0.620	0.041
Adj Count R2	0.209	0.080	0.129
AIC	1.277	1.281	-0.004
AIC*n	1497.119	1849.984	-352.866
BIC	-6698.651	-8618.438	1919.788
BIC'	-24.390	-78.672	54.283
BIC used by Stata	1583.249	1886.911	-303.662
AIC used by Stata	1497.119	1849.984	-352.866

TABELA 10 - “NESTED MODELS” PARA PARTICIPAÇÃO NÃO-CONVENCIONAL

	(1) peticaorecente	(2) protesto_recente	(3) boicote_recente
Main			
Idade	-0.0125^{***} (0.001)	-0.0118 (0.063)	
Sexo	-0.111 (0.329)	-0.259 (0.181)	
Cidade	0.145^{***} (0.000)	-0.0274 (0.662)	
Education	0.226^{***} (0.000)	0.236 ^{***} (0.000)	
Renda	0.00687 (0.803)	-0.00840 (0.861)	
Interesse	0.233^{***} (0.000)	0.521 ^{***} (0.000)	0.537^{***} (0.000)
Ocupação		-0.351 (0.078)	
Ideologia (pós-material)		0.433^{***} (0.000)	
_cons	-1.696 ^{***} (0.000)	-4.005 ^{***} (0.000)	-4.357 ^{***} (0.000)
<i>N</i>	1444	1338	1432

p-values in parentheses

* *p* < 0.05, ** *p* < 0.01, *** *p* < 0.001